

UNIVERSIDADE DO PORTO
FACULDADE DE DIREITO

**DO PROCESSO ESPECIAL DE REVITALIZAÇÃO AO
PROCESSO ESPECIAL PARA ACORDO DE PAGAMENTO**

GONÇALO CAETANO

Dissertação apresentada à Faculdade de Direito da Universidade do Porto, conducente à obtenção do grau académico de Mestre em Direito, na área de especialização em Ciências Jurídico-Privatísticas, realizada com a orientação do Senhor Professor Doutor Paulo de Tarso Domingues

Porto
Setembro de 2017

Aos meus pais por tudo o que fazem por mim

Aos meus avós que estão sempre presentes

À Lara pelo apoio e compreensão

Ao Doutor Paulo de Tarso Domingues pela orientação

RESUMO

O grande desígnio da presente dissertação foi o de proceder ao estudo da recente reforma do CIRE, em especial, as alterações introduzidas ao regime do PER e a criação do PEAP, levadas a cabo pelo Decreto-Lei n.º 79/2017, de 30 de junho.

Para a concretização daqueles objetivos, dividimos o nosso trabalho em quatro partes: em primeiro lugar, estudamos a controvérsia jurisprudencial relativa à aplicabilidade do PER a devedores não empresários, a qual consideramos ter sido a principal causa motivadora da reforma do CIRE; em segundo lugar, analisamos as medidas de reestruturação empresarial, anunciadas no âmbito do Programa Capitalizar, e que serviram como *guidelines* da reforma; em terceiro lugar, dedicamo-nos ao estudo do regime do PER à luz da CIRE revisto; finalmente, em quarto lugar, procedemos ao estudo do “novo” PEAP.

Chegamos à conclusão que a reforma do CIRE introduziu algumas alterações importantes: a controvérsia sobre a aplicabilidade do PER aos devedores não empresários dissipou-se; o PER rejuvenesceu e saiu mais fortalecido; quanto ao PEAP, trata-se de uma reprodução do PER ora revogado. Com efeito, não sendo este um processo minimamente inovador, não se anteveem desafios distintos daqueles que já conhecem dada a experiência tida com o PER.

ABSTRACT

The main purpose of this dissertation was to study the recent CIRE reform, in particular the changes introduced to the PER system and the creation of the PEAP, carried out by Decree-Law n.º 79/2017 of 30 of June.

To achieve these objectives, we divided our work into four parts: first, we studied the jurisprudential controversy regarding the applicability of the PER to non-business debtors, which we considered to be the main motivating cause of the CIRE reform; second, we analyze the business restructuring measures announced under the Programa Capitalizar, which served as reform guidelines; thirdly, we study the PER regime in the light of the revised CIRE; finally, fourthly, we proceeded to study the “new” PEAP.

We came to the conclusion that the CIRE reform introduced some important changes: the controversy over the applicability of the PER to non-business debtors dissipated; the PER has grown younger and stronger; PEAP, it’s a reproduction of the PER that has been repealed. Indeed, while this is not a minimally innovative process, no different challenges are foreseen than those that they already know given the experience with PER.

ABREVIATURAS E SIGLAS

Ac./Acs.	–	Acórdão/Acórdãos
al./als.	–	alínea/alíneas
art./arts.	–	artigo/artigos
CC	–	Código Civil
CCom	–	Código Comercial
cf.	–	conferir
CIRE	–	Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas
CIRE 2012	–	CIRE, até às alterações introduzidas pelo D.L. n.º 26/2015, de 6 de fevereiro
CIRE 2017	–	CIRE, com as alterações introduzidas pelo D.L. n.º 79/2017, de 30 de junho e pela Declaração de Retificação n.º 21/2017, de 25 de agosto
CPC	–	Código de Processo Civil
DGPJ	–	Direção-Geral da Política de Justiça
CPEREF	–	Código dos Processos Especiais de Recuperação da Empresa e de Falência
CSC	–	Código das Sociedades Comerciais
D.L.	–	Decreto-Lei
EMCE	–	Estrutura de Missão para a Capitalização de Empresas
IAPMEI, I.P.	–	Agência para a Competitividade e Inovação
<i>InsO</i>	–	<i>Insolvenzordnung</i> (lei da insolvência alemã)
L.	–	Lei
<i>LC</i>	–	<i>Ley Concursal</i> (lei da insolvência espanhola)
<i>LF</i>	–	<i>Legge Fallimentare</i> (lei da insolvência italiana)
LOFTJ	–	Lei de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais
PME	–	Micro, Pequenas e Médias Empresas
n.º/n.ºs	–	número/números
p./pp.	–	página/páginas
PEAP	–	Processo Especial para Acordo de Pagamento
PER	–	Processo Especial de Revitalização
PER 2012	–	PER, introduzido pela L. n.º 16/2012, de 20 de abril
PER 2017	–	PER, com as alterações introduzidas pelo D.L. n.º 79/2017, de 30 de junho e pela Declaração de Retificação n.º 21/2017, de 25 de agosto

- proc. – processo
- SIREVE – Sistema de Recuperação de Empresas por Via Extrajudicial
- ss. – seguintes
- STJ – Supremo Tribunal de Justiça
- TRC – Tribunal da Relação de Coimbra
- TRE – Tribunal da Relação de Évora
- TRG – Tribunal da Relação de Guimarães
- TRL – Tribunal da Relação de Lisboa
- TRP – Tribunal da Relação do Porto

SUMÁRIO

RESUMO.....	3
ABSTRACT.....	4
ABREVIATURAS E SIGLAS.....	5
SUMÁRIO	7

1. CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS	9
--------------------------------------	---

CAPÍTULO I

A aplicabilidade do Processo Especial de Revitalização a pessoas singulares não empresários ou comerciantes

2. Aplicabilidade do PER a pessoas singulares não empresários ou comerciantes?.....	11
2.1. Tese em sentido restrito	12
2.2. Tese em sentido amplo	15
2.3. Balanço sobre as teses em confronto	17

CAPÍTULO II

O Programa Capitalizar

3. Enquadramento geral ao Programa Capitalizar.....	20
4. Medidas de reestruturação empresarial com maior impacto no PER	22
5. Reserva do PER a pessoas coletivas (e singulares comerciantes?).....	23

CAPÍTULO III

O Processo Especial de Revitalização à luz da reforma de 2017

6. Finalidade e características.....	25
7. Formas processuais	26
8. Pressupostos de aplicação	27
8.1. Pressupostos objetivos	27
8.1.1. Situação económica difícil	27

8.1.2. Insolvência meramente iminente	31
8.2. Pressuposto subjetivo: o devedor empresário	34
9. Breve excuro sobre a tramitação processual	37
9.1. Processo para abertura de negociações	37
9.2. Processo para homologação de acordos extrajudiciais	44

CAPÍTULO IV

O “novo” Processo Especial para Acordo de Pagamento

10. Gênese, finalidade e características	46
11. Pressupostos de aplicação	47
11.1. Pressupostos de natureza objetiva	47
11.1.1. Situação económica difícil	48
11.1.2. Insolvência meramente iminente	49
11.2. Pressupostos de natureza subjetiva: a demarcação negativa	49
12. Breve excuro sobre a tramitação processual	49
12.1. Processo para abertura de negociações	50
12.2. Processo para homologação de acordos extrajudiciais	54
13. CONSIDERAÇÕES FINAIS	56
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	58

1. CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS

O CIRE, surgiu em 2004, aprovado pelo D.L. n.º 53/2004, de 18 de março, e foi, desde a sua génese, marcado pelo rompimento com as soluções tradicionais do nosso ordenamento jurídico, mormente as do Código dos Processos Especiais de Recuperação da Empresa e de Falência, em resultado da importação dos modelos legislativos da *Insolvenzordnung* alemã e da *Ley Concursal* espanhola.

A crise económica e financeira de 2008-2013, obrigou Portugal a criar soluções que fossem, em si mesmas, eficazes e eficientes no combate ao desaparecimento de agentes económicos, visto que cada agente que desaparece representa um custo apreciável para a economia, contribuindo para o empobrecimento do tecido económico português. Com efeito, O PER foi consagrado no ordenamento jurídico português, no âmbito do Programa Revitalizar, através da Lei n.º 16/2012, de 20 de abril, e pretendeu assumir-se como um mecanismo célere e eficaz que possibilitasse a revitalização dos devedores que se encontrassem em situação económica difícil ou em situação de insolvência meramente iminente, mas que ainda não houvessem entrado em situação de insolvência atual e ainda fossem suscetíveis de recuperação.

Com vista à retoma do investimento e ao relançamento da economia portuguesa, o XXI Governo Constitucional aprovou, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 42/2016, de 18 de agosto, o Programa Capitalizar, o qual se apresentou como instrumento de apoio à capitalização das empresas. E, tal como se antecipava no Programa Capitalizar, em que a reestruturação empresarial era identificada como uma das áreas estratégicas de intervenção para relançar a economia, o CIRE foi recentemente objeto de alterações, introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 79/2017, de 30 de junho.

Este novo diploma veio, por um lado, alterar o regime jurídico do PER, em especial, no que tange ao respetivo acesso. Aqui, a grande alteração é o estabelecimento expresso e inequívoco de exclusão dos devedores não empresários do âmbito do PER, pondo termo à controvérsia jurisprudencial que vinha ganhando cada vez contornos mais ameaçadores da segurança e certeza jurídicas. Por outro lado, o referido diploma veio também introduzir um novo mecanismo legal, denominado por Processo Especial para Acordo de Pagamento, destinado aos devedores excluídos do PER, ou seja, todos os que não sejam empresas.

Portanto, a presente dissertação consiste numa operação de investigação no âmbito da ciência jurídica, subordinada ao tema da reforma do CIRE de 2017, que tem como objetivo a análise das alterações introduzidas no regime do PER e da criação PEAP.

Organizamos este trabalho em quatro partes: 1) a controvérsia jurisprudencial e doutrinal que fez despoletar a reforma do CIRE; 2) as diretrizes do Programa Capitalizar como subestruturas da reforma; 3) o novo regime do PER à luz da reforma e; 4) o “novo” PEAP.

No final deste trabalho, acreditamos que seremos capazes de responder às seguintes questões mais pertinentes a respeito da reforma do CIRE: quais eram os desafios do legislador? Quais as principais alterações introduzidas no regime do PER? Por que foi criado o regime do PEAP? Qual a diferença entre PER e PEAP? Não seria melhor existir um processo único (“super PER”) que fosse aplicável a *todo e qualquer devedor*? Seria esta a reforma pretendida ou haveria algo mais a fazer?

CAPÍTULO I

A aplicabilidade do Processo Especial de Revitalização a pessoas singulares não empresários ou comerciantes

2. Aplicabilidade do PER a pessoas singulares não empresários ou comerciantes?

Cinco anos após a criação do PER e do início da sua aplicação na prática jurisprudencial, surgiu, entre nós, uma surpreendente controvérsia, nomeadamente, nos tribunais superiores, em torno da sua aplicabilidade a devedores pessoas singulares que não sejam empresários ou comerciantes, nem exerçam, por si mesmas, qualquer atividade económica autónoma e por conta própria. A questão tornou-se ainda mais polémica quando o Tribunal da Relação de Évora proferiu, no mesmo dia, sobre a matéria em questão, dois acórdãos¹ com decisões totalmente antagónicas.

A contenda referia-se particularmente às pessoas singulares não empresárias, uma vez que, quanto às pessoas singulares que fossem titulares de uma empresa² (v.g., empresários em nome individual), já era pacífico que lhes seria aplicável o regime do PER³.

A controvérsia não era privativa da prática forense. Também a doutrina abordou intensamente o problema, pronunciando-se igualmente de forma divergente.

Apesar de, na Exposição de Motivos da Proposta de Lei 39/XII, de 30 de dezembro de 2011⁴, que esteve na origem da Lei n.º 16/2012, de 20 de abril, as expressões *recuperabilidade, manutenção do giro comercial, combate ao desaparecimento de agentes económicos*, sugerirem a ideia de um regime restrito quanto ao âmbito subjetivo de aplicação do PER, limitando-o às pessoas empresárias, o certo é que no texto do CIRE 2012 nada vinha

¹ No proc. n.º 1518/14.3T8STR.E1 (CONCEIÇÃO FERREIRA), foi decidido que o regime do PER se aplicaria a qualquer devedor seja ele, pessoa singular, pessoa coletiva, património autónomo, titular de empresa ou não, dado o silêncio da lei quanto a qualquer dos requisitos; já no proc. n.º 718/15.3TBSTR.E1 (SILVA RATO), entendeu-se que o PER se dirigiria somente a devedores empresários e não a quaisquer outras pessoas singulares (disponíveis em www.dgsi.pt).

² Por exemplo, os empresários em nome individual.

³ Vide Ac. do TRP, de 19 de abril de 2016 (proc. n.º 788/15.4T8AMT.P1), relatado pela Desembargadora ANA LUCINDA CABRAL (disponível em www.dgsi.pt).

⁴ Exposição de Motivos da Proposta de Lei 39/XII, de 30 de dezembro de 2011, disponível em http://www.dgpj.mj.pt/sections/noticias/codigo-da-insolvencia-e/downloadFile/file/PPL_39_XII_6Alteracao_CIRE.pdf (último acesso em 8 de agosto de 2017).

definido a esse respeito, limitando-se a referir que quem podia recorrer ao PER era o *devedor*, assim o designando de uma forma genérica e imprecisa.

Aqui chegados, procedamos à acareação de duas teses em confronto: em primeiro lugar, apresentaremos os argumentos que sustentavam a *tese em sentido restrito*, segundo a qual, o regime do PER deveria ser aplicável somente a devedores empresários e não a quaisquer outros; em segundo lugar, enunciaremos os argumentos que sustentavam a *tese em sentido amplo*, nos termos da qual, o regime do PER deveria ser aplicável a qualquer devedor, fosse ele, pessoa singular, pessoa coletiva, património autónomo, titular de empresa ou não.

A questão que aqui nos compete apreciar consiste, em saber se, as pessoas singulares não empresários ou comerciantes podiam submeter-se ao regime do PER, à luz do regime revogado, quando se encontrassem em situação económica difícil. Partindo da análise jurisprudencial e doutrinal da matéria controversa, propomo-nos apresentar os principais argumentos que foram esgrimidos a favor e contra a possibilidade de uma pessoa singular não empresário ou comerciante se submeter ao PER. Esta questão foi, aliás, o ponto de partida para a recente reforma do CIRE.

2.1. Tese em sentido restrito

A ideia primaz que sustentava a tese em sentido restrito era a de que o regime do PER deveria ser aplicável apenas a devedores empresários e não a quaisquer outras pessoas. Uma parte considerável da jurisprudência⁵ e da doutrina apadrinhou esta posição. Os seus defensores invocavam, desde logo, os objetivos proclamados pelo legislador aquando da consagração do PER, que se encontravam identificados na Exposição de Motivos da Proposta

⁵ Ver, por exemplo, os seguintes acórdãos acolhedores da tese em sentido restrito: Ac. do TRP, de 23 de fevereiro de 2015 (proc. n.º 3700/13.1TBGDM.P1), relatado pelo Desembargador JOSÉ EUSÉBIO ALMEIDA; Ac. do TRE, de 9 de julho de 2015 (proc. n.º 718/15.3TBSTR.E1), relatado pelo Desembargador SILVA RATO; Ac. do TRE, de 10 de setembro de 2015 (proc. n.º 979/15.8TBSTR.E1), relatado pelo Desembargador ABRANTES MENDES; Ac. do STJ, de 10 de dezembro de 2015 (proc. n.º 1430/15.9T8STR.E1.S1), relatado pelo Conselheiro PINTO DE ALMEIDA; Ac. do STJ, de 5 de abril de 2016 (proc. n.º 979/15.8T8STR.E1.S1), relatado pelo Conselheiro JOSÉ RAINHO; Ac. do TRL, de 7 de abril de 2016 (proc. n.º 31511-15.2T8LSB.L1-6), relatado pela Desembargadora TERESA SOARES; Ac. do STJ, de 12 de abril de 2016 (proc. n.º 531/15.8T8STR.E1.S1), relatado pelo Conselheiro SALRETA PEREIRA; Ac. do TRP, de 19 de abril de 2016 (proc. n.º 788/15.4T8AMT.P1), relatado pela Desembargadora ANA LUCINDA CABRAL; Ac. do TRL, de 21 de abril de 2016 (proc. n.º 2238/16.0T8SNT.L1-2), relatado pela Desembargadora ONDINA CARMO ALVES; Ac. do TRP, de 21 de abril de 2016 (proc. n.º 356/16.3T8STS.P1), relatado pelo Desembargador FILIPE COLAÇO; Ac. do STJ, de 21 de junho de 2016 (proc. n.º 3377/15.0T8STR.E1.S1), relatado pela Conselheira ANA PAULA BOULAROT; Ac. do TRC, de 13 de julho de 2016 (proc. n.º 655/16.4T8LRA.C1), relatado pelo Desembargador FALCÃO DE MAGALHÃES; Ac. do TRC, de 13 de setembro de 2016 (proc. n.º 1801/16.3T8LRA.C1), relatado pelo Desembargador FERNANDO MONTEIRO; e Ac. do STJ, de 18 de outubro de 2016 (proc. n.º 65/16.3T8STR.E1.S1), relatado pelo Conselheiro JÚLIO GOMES (acórdãos disponíveis em www.dgsi.pt).

de Lei 39/XII, de 30 de dezembro de 2011, segundo a qual, *o principal objetivo prosseguido por esta revisão passa por reorientar o Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas para a promoção da recuperação, privilegiando-se sempre que possível a manutenção do devedor no giro comercial, relegando-se para segundo plano a liquidação do seu património sempre que se mostre viável a sua recuperação.*

O PER pretendeu, desde logo, assumir-se como um mecanismo célere e eficaz que possibilitasse a revitalização dos devedores que se encontrassem em situação económica difícil ou em situação de insolvência meramente iminente, mas que ainda não tivessem entrado em situação de insolvência atual. À época da criação do PER, a situação económica⁶ que o país atravessava obrigou a gizar soluções que se reputassem eficazes no combate ao desaparecimento de agentes económicos, visto que cada agente que desaparecesse representaria um custo apreciável para a economia, contribuindo para o empobrecimento do tecido económico português, uma vez que geraria desemprego e se extinguiriam oportunidades comerciais que dificilmente se poderiam recuperar através do surgimento de novas empresas.

LUÍS CARVALHO FERNANDES e JOÃO LABAREDA⁷ sustentavam que o regime do PER se dirigia somente a devedores empresários, justificando essa restrição tendo em conta o significado literal do texto. Para aqueles autores, a ideia de *recuperabilidade do devedor* haveria sido constantemente ligada à existência de uma empresa no seu património e, neste sentido, à sua qualidade de empresário, como se induziria da própria denominação do CIREmpresas e também se comprovava pelo seu art. 1.º. Os mesmos autores consideravam ainda que a principal motivação na criação do PER e que preencheria o pensamento legislativo era o tecido empresarial.

Também de acordo com o entendimento de PAULO OLAVO CUNHA⁸, o regime do PER seria exclusivamente aplicável a empresas, só para estas fazendo sentido. Com efeito, apesar de os arts. 17.º-A e ss. do CIRE 2012 serem omissos sobre eventuais restrições à aplicabilidade do PER a pessoas que não fossem titulares de empresas, a recuperação a empreender com este procedimento visaria, essencialmente, salvaguardar e viabilizar uma empresa. O autor acrescenta que seria suficiente aplicar o plano de insolvência aos devedores

⁶ Entre os anos de 2010 e 2013, Portugal atravessou uma grave crise económico-financeira, o que levou o Governo a solicitar ajuda financeira externa a organismos internacionais: Comissão Europeia, Banco Central Europeu e Fundo Monetário Internacional, trio este que ficou comumente conhecido por “Troika”.

⁷ LUÍS CARVALHO FERNANDES e JOÃO LABAREDA, *Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas Anotado*, 2.ª edição, Quid Juris, 2014, p. 143.

⁸ PAULO OLAVO CUNHA, *Os deveres dos gestores e dos sócios no contexto da revitalização de sociedades*, II Congresso de Direito da Insolvência, Coordenação de CATARINA SERRA, Almedina, 2014, pp. 220 e 221.

não empresários, visto que a situação patrimonial destes seria, por definição, estática quando comparada à de uma empresa, em que as variações patrimoniais são constantes. Considerava, pois, que o PER seria aplicável apenas às empresas, incluindo as de titularidade individual, diferenciando, assim, as empresas (singulares e coletivas) das pessoas que não fossem titulares de empresas.

NUNO SALAZAR CASANOVA e DAVID SEQUEIRA DINIS⁹ preconizavam o mesmo entendimento quanto ao sentido restritivo do âmbito de aplicação do PER, embora com uma amplitude mais alargada. Para estes autores, o devedor não teria necessariamente que ser uma sociedade comercial. As pessoas singulares e as demais pessoas coletivas e os patrimónios autónomos previstos no art. 2.º, n.º 1 poderiam submeter-se ao regime do PER. Todavia, e uma vez que o PER se destina a revitalizar o devedor, e não a liquidar o seu património, apenas podem ser objeto de um PER as pessoas coletivas e patrimónios autónomos que, mesmo não tendo uma finalidade lucrativa, exerçam uma atividade económica. Todavia, os mesmos autores reconheciam que, embora tendo sido concebido no interesse da recuperação do tecido empresarial, as vantagens de um processo expedito e não estigmatizante, até do ponto de vista social e emocional, pode ser mais justificado no caso de pessoas que não sejam empresárias, nomeadamente, os indivíduos e as famílias.

Os seguidores da tese da aplicabilidade do regime do PER num sentido restrito invocavam ainda o argumento de que a interpretação da lei deve reconstituir-se, tal e qual, a partir do pensamento legislativo, como preceitua o n.º 1 do art. 9.º do CC; para eles, o fim visado pelo legislador e as circunstâncias político-económicas que motivaram a lei (elementos racional e teleológico) e os trabalhos preparatórios (elemento histórico) abonavam para que se devesse optar pela interpretação da lei num sentido restritivo.

LUÍS CARVALHO FERNANDES e JOÃO LABAREDA invocavam outra razão para fundamentar a interpretação restritiva do âmbito de aplicação subjetivo do PER. Estes autores argumentavam que existe, no âmbito da insolvência, um procedimento particularmente adequado, denominado por plano de pagamentos aos credores¹⁰, de que as pessoas que não fossem comerciantes ou empresários nem exercessem, por si mesmos, qualquer atividade autónoma e por conta própria, podiam beneficiar, pelo que não viam qualquer utilidade na duplicação de recursos à disposição das pessoas singulares.

⁹ NUNO SALAZAR CASANOVA e DAVID SEQUEIRA DINIS, *PER - Processo Especial de Revitalização* Comentários aos artigos 17.º-A a 17.º-I do Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas, Coimbra Editora, 2014, pp. 13 e 14.

¹⁰ Correspondente ao *Schuldenbereinigungsplan* da lei alemã (§§ 304 a 310 da *InsO*).

A jurisprudência dos tribunais superiores que se tem pronunciado sobre a questão da aplicabilidade do regime do PER às pessoas não empresárias ou comerciantes, vinha enveredando, predominantemente, pelo sentido que acabamos de expor, ou seja, de que as normas que regiam o PER deviam ser interpretadas restritivamente, no sentido de que tal processo não seria aplicável às pessoas que não comerciantes, empresários ou que não desenvolvessem uma atividade económica por conta própria.

2.2. Tese em sentido amplo

A tese em sentido amplo que agora passamos a analisar, sustentada ainda por uma parte significativa da jurisprudência¹¹ e da doutrina, baseada numa interpretação literal das normas jurídicas, defendia que o PER deveria ser aplicável a qualquer devedor fosse ele, pessoa singular, pessoa coletiva, património autónomo, titular de empresa ou não.

Neste sentido, pronunciava-se CATARINA SERRA¹², para quem o regime do PER se deveria aplicar também a pessoas singulares não empresários ou comerciantes, dado o silêncio da lei quanto a quaisquer requisitos e/ou restrições ao seu âmbito de aplicação subjetivo.

No mesmo segmento, LUÍS M. MARTINS¹³ considerava que os artigos do CIRE 2012, particularmente os atinentes ao PER (art. 17.º-A e ss.¹⁴), em parte alguma referiam que a sua aplicação estaria limitada às pessoas coletivas ou entidades equiparáveis, antes anunciando, expressamente, que o PER podia ser utilizado por *toda o devedor* (art. 17.º-A, n.º 2). Assim, deveria ser também aplicável às pessoas singulares não empresárias ou comerciantes quando estas estivessem numa situação económica difícil.

De resto, a Proposta de Lei n.º 39/XII, anunciava o regime do PER como abrangendo todos os devedores, num sentido amplo, e sem especificar se são pessoas singulares ou coletivas, concluindo que o PER pretenderia assumir-se como um mecanismo célere e eficaz que possibilitasse a revitalização de todos os devedores que se encontrassem em situação

¹¹ Ver, por exemplo, os seguintes acórdãos acolhedores da tese em sentido amplo: Ac. do TRE, de 9 de julho de 2015 (proc. n.º 1518/14.3T8STR.E1), relatado pela Desembargadora CONCEIÇÃO FERREIRA; Ac. do TRE, de 05 de novembro de 2015 (proc. n.º 371/15.4T8STR.E1), relatado pela Desembargadora ALEXANDRA MOURA SANTOS; Ac. do TRP, de 16 de dezembro de 2015 (proc. n.º 2112/15.7T8STS.P1), relatado pelo Desembargador FERNANDO SAMÔES; Ac. do TRC, de 7 de abril de 2016 (proc. n.º 3876/15.3T8ACB.C1), relatado pelo Desembargador JORGE ARCANJO; e Ac. do TRC, de 13 de julho de 2016 (proc. n.º 2970/16.8CBR.C1), relatado pelo Desembargador JORGE ARCANJO (acórdãos disponíveis em www.dgsi.pt).

¹² CATARINA SERRA, *O Regime Português da Insolvência*, Almedina, 5.ª edição, 2012, p. 176.

¹³ LUÍS M. MARTINS, *Recuperação de Pessoas Singulares*, Volume I, Almedina, 2.ª edição, 2013, p. 15.

¹⁴ A inserção sistemática do PER manteve-se no CIRE 2017.

económica difícil ou em situação de insolvência meramente iminente, mas que ainda não tivessem entrado em situação de insolvência atual.

Também ISABEL ALEXANDRE¹⁵ se pronunciava no sentido de que os sujeitos que podiam submeter-se ao regime do PER não tinham que ser necessariamente titulares de empresas.

A mesma posição era claramente adotada por MARIA DO ROSÁRIO EPIFÂNIO^{16, 17}, ao referir que o PER seria aplicado na sua plenitude, isto é, a qualquer devedor, pessoa singular ou coletiva, e ainda aos patrimónios autónomos, independentemente da titularidade de uma empresa.

FÁTIMA REIS SILVA¹⁸ afirmava que as pessoas singulares não empresários ou comerciantes seriam, também elas, importantes agentes económicos, pelo que a função económica e social do Direito ser-lhes-ia aplicável, se necessário, com as devidas alterações.

Neste sentido, igualmente se pronunciava ANTÓNIO MENEZES CORDEIRO, segundo o qual, as pessoas singulares podem ser comerciantes, bastando que, para isso, tenham capacidade para praticar atos de comércio e façam dele profissão¹⁹. Também COUTINHO DE ABREU partilhava do mesmo entendimento, afirmando que o n.º 1 do art. 13.º do CCom compreende, sem dúvida, as pessoas singulares²⁰. As pessoas singulares com capacidade plena também podem exercer uma atividade económica, pelo que, mesmo não sendo comerciantes ou empresários, são igualmente suscetíveis de recuperação, daí não se ver motivo para as excluir do recurso ao PER. Fala-se, a este propósito, de capacidade de gozo ou de capacidade de exercício? A doutrina divide-se. Entende a maioria dos autores, de entre os quais fazem parte BARBOSA DE MAGALHÃES²¹, VASCO LOBO XAVIER²² e COUTINHO

¹⁵ ISABEL ALEXANDRE, *Efeitos processuais da abertura do Processo de Revitalização*, II Congresso de Direito da Insolvência, Coordenação de CATARINA SERRA, Almedina, 2014, pp. 235 e 236.

¹⁶ MARIA DO ROSÁRIO EPIFÂNIO, *O Processo Especial de Revitalização*, Almedina, 2016, pp. 15 e 16.

¹⁷ MARIA DO ROSÁRIO EPIFÂNIO, *Manual de Direito da Insolvência*, Almedina, 6.ª edição, 2016, p. 280.

¹⁸ FÁTIMA REIS SILVA, *Paralelismos e diferenças entre o PER e o processo de insolvência - o plano de recuperação*, Revista de Direito da Insolvência, n.º 0, Almedina, 2016, p. 140.

¹⁹ ANTÓNIO MENEZES CORDEIRO, *Manual de Direito Comercial*, Almedina, 2.ª edição, 2009, p. 229.

²⁰ JORGE MANUEL COUTINHO DE ABREU, *Curso de Direito Comercial*, volume I, Almedina, 6.ª edição, 2006, pp. 86 e 87.

²¹ BARBOSA DE MAGALHÃES, *Princípios de Direito Comercial, Parte geral*, Apontamentos coligidos sobre as preleções do Exmo. Sr. Dr. Barbosa de Magalhães ao Curso Jurídico de 1924-1925, por ADELINO DA PALMA CARLOS, pp. 118 e 119.

²² VASCO LOBO XAVIER, *Direito Comercial*, Sumários das Lições ao 3.º ano jurídico de 1977-1978, p. 76 e ss..

DE ABREU²³, que estará em causa uma capacidade de exercício; noutro sentido, MÁRIO DE FIGUEIREDO²⁴ e FERRER CORREIA²⁵, defendem tratar-se de uma capacidade de gozo.

Também outros autores, tais como PAULO DE TARSO DOMINGUES²⁶, LUÍS MENEZES LEITÃO²⁷ e ALEXANDRE DE SOVERAL MARTINS²⁸, sustentavam que quaisquer devedores, pessoas singulares ou coletivas, independentemente de serem, ou não, empresários, faziam parte do âmbito de aplicação subjetivo do PER.

2.3. Balanço sobre as teses em confronto

Em primeiro lugar, recordemos o que referia a Exposição de Motivos da Proposta de Lei n.º 39/XII, relativamente aos objetivos visados com a criação do PER. Ora, um dos desígnios da criação do PER foi a recuperação e o combate ao desaparecimento de agentes económicos. Pois bem, convém não esquecer que as pessoas não empresárias são, também elas, agentes económicos²⁹.

No CIRE 2012, não existia qualquer norma expressa no sentido de afastar os devedores pessoas singulares não empresários ou comerciantes do regime do PER. Aliás, os arts. 17.º-A a 17.º-I do CIRE 2012, em momento algum, referiam que o âmbito de aplicação subjetivo do PER estava limitado às pessoas coletivas ou entidades equiparáveis; pelo contrário, tais normas anunciavam, de forma clara, que o PER podia ser utilizado *por todo o devedor* (art. 17.º-A, n.º 2). Por isso, o PER não deixaria de ser aplicável às pessoas singulares não empresários ou comerciantes, quando estas estivessem numa situação económica difícil ou em insolvência meramente iminente, mas que ainda não tivessem entrado em situação de insolvência efetiva e fossem financeiramente recuperáveis.

Deste modo, entendemos que, face ao regime consagrado no CIRE 2012, poderiam submeter-se ao PER todos os sujeitos previstos no art. 2.º, prevalecendo o critério da

²³ JORGE MANUEL COUTINHO DE ABREU, *Curso...*, p. 87.

²⁴ MÁRIO DE FIGUEIREDO, *Direito Comercial*, Lições coligidas por AFONSO QUEIRÓ, ALBINO VAZ e JOÃO MIRANDA, Editora Casa do Castelo, 1936, pp. 90 e 91.

²⁵ ANTÓNIO DE ARRUDA FERRER CORREIA, *Lições de Direito Comercial*, Volume I, preleções feitas ao 4.º ano jurídico de 1972-73, com a colaboração de HENRIQUE MESQUITA e ANTÓNIO A. CAEIRO, 1973, pp. 95 e 96.

²⁶ PAULO DE TARSO DOMINGUES, *O Processo Especial de Revitalização aplicado às sociedades comerciais*, I Colóquio do Direito da Insolvência de Santo Tirso, Almedina, 2014, p. 15.

²⁷ LUÍS MENEZES LEITÃO, *Direito da Insolvência*, Almedina, 6.ª edição, 2015, p. 296.

²⁸ ALEXANDRE DE SOVERAL MARTINS, *Um Curso de Direito da Insolvência*, Almedina, 2016, p. 461.

²⁹ Vide Ac. do TRC, de 13 de julho de 2016 (proc. n.º 2970/16.8CBR.C1), relatado pelo Desembargador JORGE ARCANJO, onde se pode ler que “os cidadãos, mesmo que trabalhadores por conta de outrem, são agentes económicos, são destinatários fundamentais da atividade das empresas. A sustentabilidade económica dos consumidores é um fator relevantíssimo da sustentabilidade das empresas, da manutenção do giro comercial”.

autonomia patrimonial, tivessem ou não personalidade judiciária. Dir-se-á, de forma sumária, que no silêncio da lei quanto a quaisquer requisitos subjetivos e/ou restrições, o regime do PER seria aplicável, sem limitações, a todos os devedores³⁰.

Como dissemos anteriormente, os defensores da tese de aplicabilidade do regime do PER em sentido restrito, entendiam que as pessoas singulares não empresários ou comerciantes tinham à sua disposição um mecanismo de revitalização económica próprio: o denominado plano de pagamentos aos credores (art. 249.º e ss. do CIRE 2012). Parece-nos que, tal entendimento era impulsivamente manifestado. Se não, vejamos: o n.º 1 do art. 249.º consagrava que o plano de pagamentos aos credores seria aplicável se o devedor fosse uma pessoa singular, e, em alternativa: *a)* não tivesse sido titular da exploração de qualquer empresa nos três anos anteriores ao início do processo de insolvência, ou; *b)* à data do início do processo: *i)* não tivesse dívidas laborais; *ii)* o número dos seus credores não fosse superior a vinte; *iii)* o seu passivo global não excedesse 300.000,00 euros. Ora, uma vez que o CIRE já previa que as pessoas não empresárias podiam recorrer ao plano de pagamentos aos credores, entendemos que, com o recurso ao regime consagrado do PER, estas passariam a ter mais uma alternativa legal ao seu dispor para regular a situação de endividamento. É que – parece-nos –, o plano de pagamentos aos credores, esse sim, tinha um âmbito de aplicação subjetiva restrito. Só seria aplicável a pessoas singulares que tivessem sido titulares da exploração de uma empresa nos três anos anteriores ao início da insolvência ou, se à data do início do processo não tivessem dívidas laborais, o número dos seus credores não fosse superior a vinte e o seu passivo global não excedesse 300.000,00 euros. Acresce que, nos termos do n.º 4 do art. 252.º, a apresentação do plano de pagamentos acarretaria a confissão da situação de insolvência, pelo menos iminente, por parte do devedor³¹. Sentimo-nos autorizados a questionar o seguinte: não seria mais sensato admitir a aplicabilidade do regime do PER às pessoas singulares não empresários ou comerciantes que se encontrassem numa tal situação que não cumprisse os requisitos e/ou excedesse os limites previstos no art. 249.º, n.º 1? Parece-nos que o PER seria, então, o meio adequado para aqueles devedores que se encontravam numa situação económica difícil ou em insolvência meramente iminente e que não cumprissem os requisitos e respeitassem os limites impostos no n.º 1 do art. 249.º, evitando, desta forma, a inevitável submissão ao estigmatizante processo de insolvência.

³⁰ CATARINA SERRA, *Processo Especial de Revitalização - Contributos para uma “rectificação”*, Revista da Ordem dos Advogados, Tipografia Frasco Lda., ano 72, abril/setembro 2012, p. 716.

³¹ CATARINA SERRA, *O processo especial de revitalização na jurisprudência*, 2.ª edição, Almedina, Coimbra, 2017, pp. 39 e 41.

Acresce que, o PER é um instrumento negocial e insere-se num momento pré-insolvencial que visa obstar à insolvência e, por conseguinte, um procedimento recuperatório. Já o plano de pagamentos destina-se prioritariamente à satisfação dos credores, relegando, para segundo plano, o interesse do devedor em ver a sua situação económica melhorada.

A ideia de que o instrumento pré-insolvencial próprio e por excelência dos devedores pessoas singulares não empresários ou comerciantes é o plano de pagamentos aos credores (na ótica dos defensores da tese em sentido restrito), chegou a ser, no 3.º trimestre de 2015³², verdadeiramente derrubada pela divulgação dos dados estatísticos obtidos pela Direção-Geral da Política de Justiça (DGPJ), onde se evidenciou que cerca de 71% dos devedores que recorreram ao PER naquele período eram pessoas singulares não empresários ou comerciantes, contra 29% de devedores empresários. Por outro lado, os dados estatísticos relativos ao 4.º trimestre de 2016³³, já sintomático dos efeitos negativos da controvérsia sentida, as estatísticas inverteram-se, passando os devedores empresários a representar 54%, contra 42% de devedores pessoas singulares não empresários ou comerciantes, mantendo-se, apesar de tudo, um número ainda bastante significativo.

Do nosso ponto de vista, teria ainda pleno cabimento, o brocardo clássico, que circula como moeda válida nos nossos tribunais, segundo o qual, *ubi lex non distinguit nec nos distinguere debemus*³⁴.

Diríamos que a possibilidade de as pessoas singulares não empresários ou comerciantes também se submeterem ao PER seria, em si mesma, uma manifestação de responsabilidade do devedor, ao que acresce, o facto de o PER ser um regime de natureza predominantemente negocial e extrajudicial, o que seria também uma boa forma de descongestionar os tribunais.

Com efeito, do nosso ponto de vista, à luz do anterior regime do PER 2012, defendemos que as pessoas singulares não empresários ou comerciantes encontravam-se legitimadas a submeter-se ao regime do PER, razão pela qual, censuramos veementemente as decisões judiciais tomadas em sentido contrário³⁵.

³² Dados divulgados pela DIREÇÃO-GERAL DA POLÍTICA DE JUSTIÇA, *Estatísticas trimestrais sobre processos de falência, insolvência e recuperação de empresas e sobre processos especiais de revitalização (3.º trimestre de 2015)*, Boletim de Informação Estatística Trimestral, n.º 25, janeiro de 2016, p. 5, fig. 11, disponível em http://www.dgpj.mj.pt/sections/siej_pt/destaques4485 (último acesso em 7 de setembro de 2017).

³³ Dados divulgados pela DIREÇÃO-GERAL DA POLÍTICA DE JUSTIÇA, *Estatísticas trimestrais sobre processos de falência, insolvência e recuperação de empresas e sobre processos especiais de revitalização (4.º trimestre de 2016)*, Boletim de Informação Estatística Trimestral, n.º 39, abril de 2017, p. 5, fig. 11, disponível em http://www.dgpj.mj.pt/sections/siej_pt/destaques4485 (último acesso em 7 de setembro de 2017).

³⁴ Expressão jurídica de origem latina que significa *onde a lei não distingue não cabe ao intérprete distinguir*.

³⁵ Variados acórdãos contam com votos de vencido que perfilham a tese em sentido amplo.

CAPÍTULO II

O Programa Capitalizar

3. Enquadramento geral ao Programa Capitalizar

De acordo com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 42/2016, de 18 de agosto³⁶, em Portugal, as micro, pequenas e médias empresas (PME)³⁷ representam cerca de 99% do número total de empresas, 80% do total de emprego e cerca de 60% do total do volume de negócios das sociedades não financeiras.

O setor privado e, em particular, as sociedades não financeiras apresentam níveis excessivos de endividamento e uma forte dependência do crédito bancário. Por outro lado, o movimento de desalavancagem financeira iniciado pelas instituições financeiras, nos últimos anos, concorreu para a adoção de sistemas de avaliação de risco mais rígidos e para a exigência de maiores garantias no quadro do financiamento às empresas, o que se repercutiu fortemente na respetiva atividade.

Acresce que, o fenómeno recente de concentração bancária verificado em Portugal tem vindo a contribuir, adicionalmente, para as limitações no acesso ao crédito, através da redução de *plafonds*. Com o acesso limitado aos mercados de capitais, as PME veem-se, assim, privadas da principal fonte de financiamento, o que tem vindo a comprometer seriamente a retoma do investimento empresarial e, por conseguinte, o relançamento da economia portuguesa e o crescimento económico. O Programa Capitalizar apresentou-se como um

³⁶ Cf. Resolução do Conselho de Ministros n.º 42/2016, de 18 de agosto, disponível em <http://data.dre.pt/eli/resolconsmin/42/2016/08/18/p/dre/pt/html> (última acesso em 4 de agosto de 2017).

³⁷ A definição dos conceitos de micro, pequenas e médias empresas (PME) encontra-se legalmente consagrada no Anexo ao D.L. n.º 372/2007, de 6 de novembro, alterado pelo D.L. n.º 81/2017 de 30 de junho, e que corresponde à definição prevista na Recomendação n.º 2003/361/CE, da Comissão Europeia, de 6 de maio de 2003. Desde logo, entende-se por empresa qualquer entidade que, independentemente da sua forma jurídica, exerce uma atividade económica. São, nomeadamente, consideradas como tal as entidades que exercem uma atividade artesanal ou outras atividades a título individual ou familiar, as sociedades de pessoas ou as associações que exercem regularmente uma atividade económica (art. 1.º do Anexo). A categoria das PME é constituída por empresas que empregam menos de 250 pessoas e cujo volume de negócios anual não excede 50 milhões de euros ou cujo balanço total anual não excede 43 milhões de euros (art. 2.º, n.º 1 do Anexo); na categoria das PME, uma pequena empresa é definida como uma empresa que emprega menos de 50 pessoas e cujo volume de negócios anual ou balanço total anual não excede 10 milhões de euros (art. 2.º, n.º 2 do Anexo); na categoria das PME, uma micro empresa é definida como uma empresa que emprega menos de 10 pessoas e cujo volume de negócios anual ou balanço total anual não excede 2 milhões de euros (art. 2.º, n.º 3 do Anexo).

instrumento de apoio à capitalização das empresas, à retoma do investimento e ao relançamento da economia nacionais.

A estratégia do XXI Governo Constitucional passou pela adoção de medidas que, por um lado, agilizem o acesso das PME e do segmento de empresas designado *mid cap*³⁸ ao financiamento e, por outro lado, promovam a sua capitalização, bem como a maior solidez e equilíbrio das respetivas estruturas financeiras.

O Governo considerou, igualmente, prioritário criar condições que contribuíssem para a sobrevivência de empresas consideradas economicamente viáveis, impulsionando movimentos de reorganização e regeneração das mesmas, incluindo numa fase precoce de identificação de desequilíbrios financeiros e revendo os instrumentos atualmente existentes para a recuperação e reestruturação, judicial e extrajudicial, daquelas empresas. Neste contexto, assumiu-se como relevante, a criação de condições que permitissem a preservação do valor económico dos ativos empresariais produtivos e o seu reaproveitamento atempado, com vista à regeneração e recapitalização do tecido empresarial.

De forma a mobilizar todos os parceiros sociais e agentes económicos para a construção de uma estratégia que dê cumprimento aos desígnios constantes do seu programa, o Governo criou, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 100/2015, de 23 de dezembro, a Estrutura de Missão para a Capitalização de Empresas (EMCE), com a missão de propor o desenvolvimento das linhas orientadoras fixadas pelo Governo e a identificação das iniciativas a prosseguir. A EMCE desenvolveu uma análise abrangente e transversal da economia e da realidade empresarial nacionais, com vista à conceção de medidas de apoio à capitalização das empresas, tendo identificado e apresentado ao Governo um conjunto de cento e trinta e uma medidas enquadradas em cinco eixos estratégicos de intervenção: 1) simplificação administrativa e enquadramento sistémico; 2) fiscalidade; 3) reestruturação empresarial; 4) alavancagem de financiamento e investimento, e; 5) dinamização do mercado de capitais.

³⁸ No Programa Capitalizar existem objetivos de promoção de acesso a soluções de financiamento que se destinam a PME, bem como a empresas de pequena-média capitalização (*Small Mid Cap*) e a empresas de média capitalização (*Mid Cap*), pelo que se manifestou ser necessário definir tais conceitos. Com efeito, o D.L. n.º 81/2017, de 30 de junho, imbuído dessa tarefa, no art. 2.º, n.º 2, vem definir como empresa de média capitalização, aquela que, não sendo PME (*i.é.*, empregue mais de 250 pessoas), empregue menos de 3.000 pessoas e, o n.º 3 do mesmo artigo, define que, na categoria das empresas de média capitalização, considera-se como uma empresa de pequena-média capitalização, aquela que empregue menos de 500 pessoas. O D.L. n.º 81/2017, de 30 de junho, atribuiu ao IAPMEI, I.P. a competência para proceder à certificação que permite aferir o estatuto de PME de qualquer empresa interessada em obter tal qualidade (art. 4.º).

É com base naqueles cinco eixos estratégicos de intervenção que o Governo veio, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 42/2016, de 18 de agosto, aprovar o Programa Capitalizar, enquanto programa estratégico de apoio à capitalização das empresas, à retoma do investimento e ao relançamento da economia, com o objetivo de promover estruturas financeiras mais equilibradas, reduzindo os passivos das empresas economicamente viáveis, ainda que com níveis excessivos de endividamento, bem como de melhorar as condições de acesso ao financiamento das PME, e do segmento de empresas designado *mid cap*.

4. Medidas de reestruturação empresarial com maior impacto no PER

Focando agora a nossa atenção nas medidas de reestruturação empresarial³⁹, salientamos, em primeiro lugar, aquelas que importam um maior impacto no acesso dos devedores ao PER, a saber: *a)* aumento das exigências quanto ao acordo que permite dar início ao PER, exigindo-se que o mesmo seja subscrito por credores que representem, pelo menos, 10% dos créditos não subordinados (medida n.º 22); *b)* exigência de o requerimento de abertura do PER ser acompanhado de uma proposta de plano de revitalização e de declaração de Revisor Oficial de Contas ou de Contabilista Certificado, de que o devedor não se encontra em situação de insolvência (medida n.º 23); *c)* reserva do recurso ao PER a pessoas coletivas (medida n.º 24); *d)* clarificação das providências de recuperação que podem ser efeito de um PER (medida n.º 25).

Em segundo lugar, uma medida que será, em muitos casos, determinante para o sucesso de um PER é a que prevê a agilização da atuação dos credores públicos (Autoridade Tributária e Segurança Social), tornando-os participantes ativos nos processos de reestruturação empresarial, designadamente, no sentido de possibilitar a aceitação de planos prestacionais mais favoráveis para as empresas em recuperação, com prazos de pagamento mais longos, período de carência, perdão de juros e dispensa de garantia, considerando a situação concreta da empresa, a respetiva viabilidade económica e a posição global da totalidade dos credores (medida n.º 32).

Em terceiro lugar, destacamos duas medidas com potencial para capitalizar as empresas, que poderão evitar o recurso ao PER ou ajudar quem ao mesmo já tenha recorrido: *a)*

³⁹ Cf. Anexo II (Reestruturação Empresarial) da Resolução do Conselho de Ministros n.º 42/2016, de 18 de agosto.

avaliação da possibilidade de criação de fundos de investimento com recursos públicos disponíveis para investir em empresas em situação económica difícil, com eventual participação de entidades privadas e com estruturas de capital estratificadas para atrair diferentes classes de investidores, que possa incentivar a consolidação empresarial e o reforço da capacidade de gestão (medida n.º 36); e *b*) avaliação da criação de uma linha de financiamento público a empresas que tenham passado por processos de reestruturação empresarial, para que tenham acesso à liquidez necessária ao funcionamento da sua atividade (medida n.º 37).

Com a adoção das medidas de reestruturação empresarial então propostas, o Governo compromete-se a alcançar, nomeadamente, os seguintes objetivos⁴⁰: *a*) maior eficiência e rapidez na recuperação das empresas, o que permite a continuação da sua atividade, reduzindo o risco de desagregação das estruturas empresariais e industriais; *b*) maior celeridade e transparência dos processos de venda de ativos de empresas em liquidação/recuperação, permitindo a rápida reintrodução dos ativos na economia e a maximização do produto da venda, a benefício do reembolso dos créditos em maior medida; *c*) maior eficácia e rapidez dos processos de verificação e graduação de créditos, permitindo antecipar a realização de pagamentos aos credores, bem como conferir certeza aos credores no que respeita ao reconhecimento da natureza e montante do crédito de que são titulares, e, por fim; *d*) maior transparência do PER e do processo de insolvência, introduzindo a tramitação eletrónica das reclamações de créditos e da publicitação dos resultados das votações dos planos.

5. Reserva do PER a pessoas coletivas (e singulares comerciantes?)

Feita uma abordagem inicial e generalizada às diretrizes do Programa Capitalizar e, em especial, às medidas de reestruturação empresarial, impõe-se que agora nos debrucemos sobre aquela que mais diretamente está relacionada com a discussão do tema desta dissertação. Trata-se da medida n.º 24, que versa sobre a reserva do PER às pessoas coletivas.

A reserva do PER às pessoas coletivas é, muito provavelmente, a principal alteração ao CIRE. Mas não vem sozinha; na sua companhia vem o “novo” instrumento legal alternativo,

⁴⁰ Cf. Anexo I (Reestruturação Empresarial) da Resolução do Conselho de Ministros n.º 42/2016, de 18 de agosto; Nota de Enquadramento “*Capitalizar: medidas de reestruturação empresarial*”, publicada pelo Governo, em 16 de março de 2017, disponível em <http://www.portugal.gov.pt/media/26218493/20170316-mj-meco-capitalizar.pdf> (último acesso em 7 de setembro de 2017).

destinado às pessoas não empresárias, que agora se encontram definitivamente impedidas de se submeterem ao regime do PER – trata-se do denominado PEAP.

Ora, como vimos anteriormente, parte significativa da jurisprudência e a grande maioria da doutrina, admitiam que o regime do PER poderia ser utilizado por *todo o devedor* que atestasse que reunia as condições necessárias para a sua recuperação (art. 17.º-A, n.º 2 do CIRE 2012).

Ora, se fazia sentir-se a chegada de uma verdadeira reforma do PER, tudo não passou de uma mera ilusão. Na realidade – e em boa verdade –, a principal alteração ao regime do PER consistiu apenas na substituição cosmética do termo *devedor* pelo termo *empresa*.

Deste modo, abandonou-se a ampla noção de *devedor*, que remetia para todos os sujeitos passivos da insolvência (previstos no art. 2.º do CIRE 2012) e optou-se por reservar o PER às empresas, enquanto organização de capital e de trabalho destinada ao exercício de qualquer atividade económica (assim definidas no art. 5.º). Os devedores de qualquer outra natureza – *i.e.*, não empresários – poderão agora requerer ao tribunal a sua submissão ao PEAP, que se encontra consagrado nos novos arts. 222.º-A a 222.º-I do CIRE 2017.

Ora, o que se propõe com esta medida é o acolhimento, como referência para a delimitação do âmbito de aplicação do PER, da latíssima noção geral de empresa do CIRE, que abrange não apenas pessoas singulares e coletivas, como também sociedades, associações ou entidades sem personalidade jurídica, desde que, em qualquer um desses casos, exerçam uma *atividade económica com substrato empresarial*, ainda que essa atividade não seja exercida a título profissional, nem revista natureza comercial⁴¹. Ao passo que, a partir de agora, as pessoas que não exerçam qualquer atividade económica passam a dispor de um “novo” instrumento legal para se *revitalizarem*.

Contudo, como veremos, a dúvida parece permanecer quanto aos devedores pessoas singulares que, não sendo empresas, são, no entanto, *comerciantes* e, portanto, reúnem *capital e trabalho* com o objetivo de exercício de uma *atividade económica*, preenchendo o conceito de empresa vertido no art. 5.º do CIRE.

⁴¹ DAVID DE OLIVEIRA FESTAS, *Alterações a introduzir no Processo Especial de Revitalização (17.º-A a 17.º-I)*, Revista de Direito das Sociedades, Almedina, Ano IX (2017) - Número I, Consulta Pública, Programa Capitalizar, Resposta do Centro de Investigação de Direito Privado, p. 37.

CAPÍTULO III

O Processo Especial de Revitalização à luz da reforma de 2017

6. Finalidade e características

O PER destina-se a permitir a qualquer empresa – que, comprovadamente, se encontre em situação económica difícil ou em situação de insolvência meramente iminente, mas que ainda seja suscetível de recuperação – estabelecer negociações com os respetivos credores de modo a concluir com estes um acordo conducente à sua revitalização (art. 17.º-A, n.º 1). Com a reforma de 2017, o acesso ao PER tornou-se mais exigente. Além da declaração da empresa, é necessário apresentar uma declaração subscrita, há não mais de trintas dias, por Contabilista Certificado ou Revisor Oficial de Contas (sempre que a revisão de contas seja legalmente exigida), que ateste que a empresa não se encontra em situação de insolvência atual (art. 17.º-A, n.º 2).

Permite-se à empresa negociar com os credores de modo a alcançar um acordo que permita a sua revitalização, mantendo-se em atividade. Permite ainda regular as obrigações assumidas e que se venham a vencer, de modo a evitar a deterioração dos ativos e rendimentos da empresa, mantendo-os na sua esfera jurídica, evitando que se venha a constituir em estado de insolvência efetiva⁴².

Ao PER, têm-se-lhe apontado, de forma consensual, as seguintes características: é um processo pré-insolvencial, especial, híbrido, concursal e urgente⁴³.

Desde logo, o PER é um *processo pré-insolvencial*, no sentido em que se assume uma prevenção face a uma potencial insolvência, cuja grande vantagem é a possibilidade de o devedor obter um plano de recuperação sem ser declarado insolvente⁴⁴.

⁴² LUÍS M. MARTINS, *Recuperação de Pessoas Singulares*, Volume I, Almedina, 2.ª edição, 2013, p. 20. No mesmo sentido, ver também ANA ALVES LEAL e CLÁUDIA TRINDADE, *O processo especial para acordo de pagamento (PEAP): o novo regime pré-insolvencial para devedores não empresários*, Revista de Direito das Sociedades, Almedina, Ano IX (2017) - Número I, Consulta Pública, Programa Capitalizar, Resposta do Centro de Investigação de Direito Privado, p. 70.

⁴³ Adotamos as características adiantadas por L. MIGUEL PESTANA DE VASCONCELOS, em *Recuperação de empresas: o processo especial de revitalização*, Almedina, 2017, pp. 13 e 14.

⁴⁴ Com a Reforma de 2012, o CIRE mudou de paradigma, tendo agora como desiderato principal a recuperação, a revitalização da empresa em estado de pré-insolvência, relegando para segundo plano o que antes era o objectivo precípua do diploma – a liquidação como meio de sanear a economia de empresas que não geravam riqueza (cf. Ac. do STJ, de 25 de março de 2014 (proc. n.º 6148/12.1TBHRG.G1.S1), relatado pelo Conselheiro FONSECA RAMOS (disponível em www.dgsi.pt)).

É um *processo especial*, o que significa que lhe são aplicáveis, em primeiro plano, as suas próprias normas (arts. 17.º a 17.º-I). Subsidiariamente, são-lhe aplicáveis as disposições introdutórias do CIRE (arts. 1.º a 16.º) e, por último, as normas gerais e comuns do CPC, em tudo o que não contrarie as disposições do CIRE (art. 17.º, n.º 1 e 17.º-A, n.º 3). Há ainda quem defenda a aplicação subsidiária das normas referentes ao processo de insolvência⁴⁵. Como ensinou ALBERTO DOS REIS, a criação de procedimentos especiais obedece ao pensamento de ajustar a forma ao objeto da ação, de estabelecer correspondência harmônica entre os trâmites do processo e a configuração do direito que se pretende fazer reconhecer ou efetivar. É a fisionomia especial do direito que postula a forma especial do processo⁴⁶.

O PER é também um processo *híbrido*, o que significa que existe a combinação entre uma componente extrajudicial, desenvolvida pelo administrador judicial provisório, e pela intervenção do juiz em certos momentos do processo.

É um processo *concursal*, uma vez que todos os credores interessados na recuperação económica da empresa podem participar nas negociações. E, o plano de recuperação, uma vez aprovado, vincula todos os credores, mesmo aqueles que não hajam reclamado créditos ou participado nas negociações (art. 17.º-F, n.º 10).

Por fim, o PER é também um processo de natureza *urgente* (art. 17.º-A, n.º 3), o que significa que deve ser movimentado em férias judiciais, com prioridade sobre o restante serviço do tribunal considerado como não urgente, mas com respeito por outro serviço igualmente urgente que mereça prioridade.

7. Formas processuais

O legislador consagrou duas modalidades ou formas processuais de PER. Já era assim no CIRE 2012 e o legislador manteve-as no CIRE 2017.

Por um lado, existe a modalidade do PER para a *abertura de negociações*, consagrada nos arts. 17.º-A a 17.º-H. Esta modalidade permite à empresa estabelecer negociações com os respetivos credores de modo a alcançar com estes um acordo conducente à sua recuperação. Esta é, seguramente, a via processual mais utilizada. Por outro lado, existe uma segunda via, uma modalidade processual alternativa ao PER para abertura de negociações. Trata-se do PER

⁴⁵ FÁTIMA REIS SILVA, *Processo Especial de Revitalização - Notas Práticas e Jurisprudência Recente*, Porto Editora, 2014, p. 18.

⁴⁶ JOSÉ ALBERTO DOS REIS, *Processos Especiais*, Coimbra Editora, 1982, p. 2.

destinado à *homologação de acordos extrajudiciais de recuperação*, previsto no art. 17.º-I. É uma via processual mais simples, abreviada e célere, quando comparada com o PER para abertura de negociações.

O que as duas formas processuais têm em comum é o facto de dependerem da iniciativa exclusiva da empresa que pretende submeter-se ao processo de revitalização⁴⁷.

8. Pressupostos de aplicação

Nos termos dos arts. 1.º, n.º 2 e 17.º-A, n.º 1 e 2 do CIRE 2012, o regime do PER seria aplicável a todo o *devedor* que se encontrasse em situação económica difícil ou em situação de insolvência meramente iminente, mas que ainda fosse suscetível de recuperação. Ora, com a reforma de 2017, os arts. 1.º, n.º 2 e 17.º-A, n.º 1 e 2 passaram a prever que o regime do PER é aplicável apenas às *empresas*, mantendo-se a exigência de a empresa ter que se encontrar em *situação económica difícil* ou em *situação de insolvência meramente iminente*, mas que ainda seja *suscetível de recuperação*. Impõe-se, portanto, que o recurso ao PER se realize mediante a observância de dois pressupostos: um pressuposto de natureza subjetiva e outro pressuposto de natureza objetiva.

8.1. Pressupostos objetivos

Nos termos previstos no CIRE 2012, o regime do PER era aplicável a *devedores* que se encontrassem em 1) *situação económica difícil* ou em 2) *insolvência meramente iminente*, mas que ainda fossem suscetíveis de recuperação (art. 17.º-A, n.º 2). A reforma de 2017 não alterou estes pressupostos. Dediquemo-nos ao estudo de cada um deles.

8.1.1. Situação económica difícil

O CIRE define *situação económica difícil* como aquela situação em que a empresa enfrenta dificuldade séria para cumprir pontualmente as suas obrigações, designadamente, por ter falta de liquidez ou por não conseguir obter crédito (art. 17.º-B).

⁴⁷ LUÍS M. MARTINS, *Recuperação...*, p. 13.

No entendimento de NUNO SALAZAR CASANOVA e DAVID SEQUEIRA DINIS, a situação económica difícil é a situação anterior à da insolvência iminente na qual o devedor, tendo embora um ativo suficiente para fazer face às suas obrigações, não as pode cumprir sem para isso praticar atos que ponham em causa a sua viabilidade económica⁴⁸.

Por seu lado, LUÍS CARVALHO FERNANDES e JOÃO LABAREDA, consideram que a definição de situação económica difícil, tal como se encontra plasmada no art. 17.º-B, não é suficientemente esclarecedora, nomeadamente, quando utiliza o conceito indeterminado *difficuldade séria*. Segundo estes autores, encontra-se em situação económica difícil o devedor que, pela ponderação dos diversos fatores que relevem na sua vida económica concreta, nomeadamente pela sua liquidez e capacidade de a obter e pela qualidade, consistência e evolução expectável das componentes do seu património, se encontre já, ou se anteveja já, na contingência efetiva de não cumprir pontualmente as suas obrigações de apresentar um passivo manifestamente superior ao seu ativo⁴⁹.

O PER, já na versão de 2012, repescou um dos fundamentos do processo de recuperação de empresas, previstos no art. 3.º, n.º 2 do já revogado CPEREF⁵⁰. Dispunha o n.º 2 do art. 3.º daquele diploma que se encontrava em situação económica difícil a empresa que, não devendo considerar-se em situação de insolvência, indicie dificuldades económicas e financeiras, designadamente por incumprimento das suas obrigações.

Qual é a importância da consagração legal de um pressuposto de situação económica difícil? Desde logo, é importante que a empresa, assim que se manifestem as suas dificuldades, *tal como definidas na lei*, possa recorrer à sua revitalização. E esta faculdade tem uma importantíssima razão de ser. Desde logo, porque a empresa quanto mais cedo se submeter a um processo que vise a sua recuperação, maior será a probabilidade de ver a sua saúde financeira restabelecida⁵¹.

Naturalmente que, se a empresa já se encontrar em situação de insolvência plena, já não poderá recorrer à sua recuperação. Isto porque, as empresas insolventes já estão excluídas do âmbito de aplicação objetivo do processo de revitalização, ficando-lhes a restar o processo de insolvência.

⁴⁸ NUNO SALAZAR CASANOVA e DAVID SEQUEIRA DINIS, *PER...*, p. 24.

⁴⁹ LUÍS CARVALHO FERNANDES e JOÃO LABAREDA, *Código da insolvência...*, pp. 146 e 147.

⁵⁰ L. MIGUEL PESTANA DE VASCONCELOS, *Recuperação de empresas: o processo especial de revitalização*, Almedina, 2017, p. 42.

Quando é que a empresa se encontra efetivamente em situação de insolvência? O CIRE consagra duas situações de insolvência: 1) quando se encontre impossibilitada de cumprir com as suas obrigações vencidas (*cash flow insolvency*), ou 2) quando apresente um excessivo passivo relativamente ao ativo, avaliado segundo as normas contabilísticas aplicáveis (*balance sheet insolvency*)⁵². Porém, se o passivo e o ativo forem avaliados de acordo com um conjunto de critérios fixados no art. 3.º, n.º 3 do CIRE, e se dessa avaliação resultar que o ativo é superior ao passivo, não se verifica a situação de insolvência⁵³⁻⁵⁴.

É que, de facto, uma sociedade comercial pode ter um passivo manifestamente superior ao ativo em termos quantitativos, mas manter acesso ao financiamento, continuando a cumprir pontualmente as suas obrigações. Diferente será se conseguir demonstrar-se que a sociedade comercial em que o passivo é manifestamente superior ao ativo irá, num curto espaço de tempo, incumprir as obrigações que se vençam durante esse período de tempo. A situação de património líquido negativo será normalmente a antecâmara da impossibilidade de cumprimento das obrigações⁵⁵. Nesse caso, deve ser declarada a insolvência da empresa, equiparando-se a situação descrita à verdadeira situação de insolvência, em defesa excecional dos credores.

Acrescente-se que uma interpretação diferente do n.º 3 do art. 3.º, considerando apenas o aspeto quantitativo (fluido e incerto), levaria a qualificar a empresa como insolvente e, portanto, afastando-a da possibilidade de se submeter o regime do PER com vista à sua reabilitação financeira. Em causa poderia estar o afastamento do PER de empresas economicamente viáveis, mas que carecem somente de uma reestruturação financeira.

Por isso, a empresa que continue a cumprir com as suas obrigações, mesmo tendo um passivo manifestamente superior ao ativo, não está em situação de insolvência e pode submeter-se ao PER, desde que preencha os seus requisitos, nomeadamente, esteja em situação de insolvência iminente ou em situação económica difícil⁵⁶.

Além de a empresa que pretende submeter-se ao PER ter que estar em situação económica difícil ou em insolvência meramente iminente, é ainda necessário que a sua

⁵² Inspirado na *Überschuldung* do § 19 da *InsO*.

⁵³ JORGE MANUEL COUTINHO DE ABREU, *Recuperação de empresas em processo de insolvência*, *Ars iudicandi*, Estudos em homenagem ao Prof. Doutor António Castanheira Neves, volume II: direito privado, Boletim da Faculdade de Direito, Coimbra Editora, Coimbra, 2008, p. 14 e ss..

⁵⁴ L. MIGUEL PESTANA DE VASCONCELOS, *Recuperação* ..., p. 44.

⁵⁵ JORGE MANUEL COUTINHO DE ABREU, *Recuperação* ..., p. 18.

⁵⁶ L. MIGUEL PESTANA DE VASCONCELOS, *Recuperação* ..., p. 45.

situação económica seja *suscetível de recuperação*. Como se procede à avaliação da viabilidade de recuperação da empresa?

No PER 2012, o legislador não havia consagrado um sistema de *controlo externo* de verificação do requisito de recuperabilidade da empresa. Essa avaliação era feita pela própria empresa que, mediante declaração escrita atestava que usufruía das condições necessárias para a sua recuperação. O juiz não tinha meios para determinar se a empresa preenchia, ou não, os requisitos, desde logo, porque a lei impunha-lhe que, uma vez recebida a declaração da empresa nomeasse, de imediato, o administrador judicial provisório. Existia um risco acrescido de se inaugurar um PER sem que a empresa reunisse os requisitos necessários para o efeito, seja porque já se encontrava em situação de insolvência plena, seja porque era simplesmente irrecuperável⁵⁷. Em primeira instância, se fosse evidente que dos dados fornecidos no processo não estavam preenchidas as condições, o juiz deveria indeferi-lo⁵⁸. O administrador judicial provisório, no exercício dos seus poderes de fiscalização dos trabalhos, se chegasse à conclusão que os requisitos do PER não estavam devidamente preenchidos, deveria comunicar ao juiz⁵⁹. Também os credores constituíam, tacitamente, um importante meio de fiscalização da atuação da empresa. Caso os credores chegassem à conclusão que os pressupostos do PER não se verificavam, podiam recusar-se legitimamente a participar nas negociações tendentes à recuperação da empresa, dando disso conhecimento ao administrador judicial provisório, a quem competia ajuizar se efetivamente os requisitos estavam ou não preenchidos. Deste modo, se o quórum de credores fosse o suficiente para bloquear a aprovação do acordo de recuperação o PER seria encerrado sem aprovação do plano de recuperação, com todos os efeitos que daí advêm⁶⁰.

No PER 2017, com a influência das soluções já consagradas nos Estados que nos são mais próximos em matéria de revitalização, nomeadamente, na Alemanha, Itália e Espanha⁶¹,

⁵⁷ *Ibidem*, p. 48.

⁵⁸ Vide Ac. do TRG, de 20 de fevereiro de 2014 (proc. n.º 8/14.9TBGMR.G1), relatado pelo Desembargador MOISÉS SILVA, no qual se decidiu que “não pode recorrer ao PER o devedor que, face ao que o próprio alega, está já em estado de insolvência, devendo ser indeferido liminarmente o respetivo pedido, para, além do mais, evitar a violação do dever de apresentação” (disponível em www.dgsi.pt).

⁵⁹ LUÍS CARVALHO FERNANDES e JOÃO LABAREDA, *Código...*, p. 139.

⁶⁰ L. MIGUEL PESTANA DE VASCONCELOS, *Recuperação...*, p. 49.

⁶¹ Perfilhamos o estudo de Direito Comparado realizado por L. MIGUEL PESTANA DE VASCONCELOS, *ibidem*, p. 47. No Direito alemão, para que o devedor possa recorrer ao *Schutzschirmverfahren* do § 270b (1) *InsO*, é necessário que o devedor junte uma declaração (*Bescheinigung*), devidamente fundamentada por um profissional com experiência em insolvência, donde resulte que o devedor está efetivamente numa situação de insolvência iminente ou de sobreendividamento, mas não impossibilitado de cumprir (*Zahlungsunfähig*). No Direito italiano, a proposta de concordata preventiva tem que vir acompanhada com um plano que contenha a descrição analítica da modalidade e do tempo de cumprimentos da proposta, assim como por um relatório de um profissional (*un professionista*), designado pelo devedor, que preencha os requisitos definidos na *LF*, que ateste a veracidade dos

andou bem o legislador português ao adotar um método de controlo sobre a viabilidade de recuperação da empresa que pretende submeter-se ao processo de revitalização. Dispõe o n.º 2 do art. 17.º-A do CIRE que o PER pode ser utilizado por qualquer empresa que, mediante declaração escrita e assinada, ateste que reúne as condições necessárias para a sua recuperação e apresente declaração subscrita, há não mais de trinta dias, por Contabilista Certificado ou por Revisor Oficial de Contas, sempre que a revisão de contas seja legalmente exigida, atestando que não se encontra em situação de insolvência atual. A prestação de declaração por parte destes profissionais (*juízo técnico independente*) vem conferir uma maior credibilidade à declaração emitida pela empresa que pretende submeter-se ao PER e evitar o abuso na utilização do procedimento.

Acresce que a empresa que falseie a sua real situação financeira para, desse modo, obter vantagens ilegítimas propiciadas pelo PER tem, como é justificado, as suas consequências. Em primeiro lugar, quando a empresa se submete ao processo de revitalização, o seu início não suspende o dever de se apresentar à insolvência – se, efetivamente, estiver em situação de insolvência (art. 18.º, n.º 1). Ora, se o devedor for uma pessoa coletiva e não se apresentar à insolvência quando o deveria ter feito, presume-se que atuou com culpa grave (art. 186.º, n.º 3, al. a)) e a sua insolvência pode vir a ser qualificada como culposa. Se, porém, o devedor for uma pessoa singular que não esteja obrigada a apresentar-se à insolvência não será considerada como culposa em virtude da mera omissão ou retardamento na apresentação, ainda que seja determinante de um agravamento da situação económica do devedor (arts. 18.º, n.º 2 e 186.º, n.º 5). Em segundo lugar, ao contrário do que faz acreditar, se a empresa não reunir as condições de recuperabilidade e for uma pessoa coletiva, esta e os seus administradores de direito e de facto, são solidária e civilmente responsáveis pelos prejuízos causados aos credores em virtude da não verificação da situação económica difícil ou da insolvência meramente iminente (art. 17.º-D, n.º 11).

8.1.2. Insolvência meramente iminente

Para concluirmos o estudo sobre os pressupostos de natureza objetiva do PER, vejamos agora em que consiste o requisito da *insolvência meramente iminente*. Devemos começar por

dados empresariais e da exequibilidade (*fattibilità*) do plano em si. No direito espanhol, é necessário que o acordo de refinanciamento tenha sido informado favoravelmente por um perito independente (que cumpra as condições da *LC*) e que o relatório por ele elaborado contenha um “juízo técnico” sobre o “caráter razoável e exequível do plano”.

referir que lei portuguesa não esclarece o que é a situação de insolvência iminente nem oferece critérios orientadores para a sua indagação em concreto. Já a lei alemã, define-a como aquela situação em que a empresa, previsivelmente, não estará em posição de cumprir as suas obrigações no momento em que elas se vierem a vencer (§ 18 (2) da *InsO*)⁶².

Nas palavras de CATARINA SERRA, insolvência iminente é uma situação difícil de definir, e por consequência difícil de diagnosticar, pois, na prática, não é fácil distingui-la, com absoluta segurança, da situação económica difícil e nem sequer da insolvência atual⁶³. No mesmo sentido, aponta LUÍS M. MARTINS que o conceito de insolvência iminente é aberto e indefinido, implicando uma análise concreta da situação do devedor (tipo de obrigações que se vão vencer, incapacidade de recurso a crédito, impossibilidade de vender ativos, perdas empresariais, etc.). Esta situação passa sempre por uma previsão futura sobre a insuficiência económica e sua incapacidade de, a curto prazo, vir a realizar e honrar as obrigações assumidas e ainda não vencidas. A situação de insolvência iminente é conjecturada quando o devedor, de acordo com os critérios do homem comum ou um gestor criterioso e empenhado, sabe e não pode desconhecer que não conseguirá vir a honrar as obrigações assumidas a curto prazo. Em bom rigor, estar numa situação económica difícil ou em situação de insolvência iminente, acaba por ser a mesma coisa e com a mesma abrangência. Se tem dificuldades sérias em cumprir pontualmente as suas obrigações, acaba por se encontrar em situação de insolvência iminente. Para concorrer ao PER o devedor não pode é estar em situação de insolvência atual, tal como consagrada no art. 3º, situação que se verifica quando o devedor já se encontra impossibilitado de cumprir as suas obrigações vencidas, pois o PER é vedado a estes devedores⁶⁴.

Na falta de uma definição com consagração legislativa, o contributo da jurisprudência ganha utilidade importância acrescidas. Foi com esse propósito que o Tribunal da Relação de Lisboa⁶⁵, em harmonia com a doutrina, interpretou o conceito de insolvência iminente, definindo-o como a ocorrência de circunstâncias que, não tendo ainda conduzido ao incumprimento em condições de poder considerar-se a situação de insolvência já atual, *com*

⁶² OTHMAR JAUERNIG e CHRISTIAN BERGER, *Zwangsvollstreckungs-und Insolvenzrecht*, 23.ª edição. C. H. Beck, 2010, § 54, p. 227, *apud* L. MIGUEL PESTANA DE VASCONCELOS, *Recuperação...*, p. 41; ver, também, LUÍS CARVALHO FERNANDES e JOÃO LABAREDA, *Código...*, p. 87.

⁶³ CATARINA SERRA, *Revitalização - A designação e o misterioso objeto designado. O processo homónimo (PER) e as suas ligações com a insolvência (situação e processo) e com o SIREVE*, I Congresso de Direito da Insolvência, Coordenação de Catarina Serra, Almedina, 2013, p. 91.

⁶⁴ LUÍS M. MARTINS, *Recuperação...*, p. 20.

⁶⁵ *Vide* Ac. do TRL, de 25 de junho de 2009 (proc. n.º 7214/08.3TMSNT.L1-8), relatado pela Desembargadora CARLA MENDES (disponível em www.dgsi.pt).

toda a probabilidade a vão determinar a curto prazo, exatamente pela insuficiência do ativo líquido e disponível para satisfazer o passivo exigível. Haverá, pois, que levar em conta a expectativa do homem médio face à evolução normal da situação do devedor, de acordo com os factos conhecidos e na eventualidade de nada acontecer de incomum que altere o curso dos acontecimentos.

Face à situação de insolvência iminente, impenderá sobre o devedor o dever de se apresentar à insolvência? Estatui o art. 3.º, n.º 1 que é considerado em situação de insolvência o devedor que se encontre impossibilitado de cumprir as suas obrigações vencidas. Por seu turno, o art. 18.º, n.º 1, refere que o devedor deve requerer a declaração da sua insolvência dentro dos 30 dias seguintes à data do conhecimento da situação de insolvência, tal como descrita no n.º 1, do artigo 3.º, ou à data em que devesse conhecê-la. Prevê ainda o art. 3.º, n.º 4 que se equipara à situação de insolvência atual a que seja meramente iminente, no caso de apresentação pelo devedor à insolvência. Ora, do cotejo destas normas, exprimem LUÍS CARVALHO FERNANDES e JOÃO LABAREDA⁶⁶ que, embora a questão não possa haver-se como suficientemente firme, em ponderação dos elementos da hermenêutica interpretativa disponível, a que aponta no sentido de, à vista de insolvência iminente, o devedor tem o dever de requerer a sua declaração de insolvência se a situação não puder ser ultrapassada⁶⁷. Sobre esta questão, perfilhamos a posição defendida por CATARINA SERRA⁶⁸, no sentido em que, face à situação de insolvência iminente, não existe nenhum dever jurídico de requerer a declaração de insolvência. O art. 18.º, n.º 1, é bem explícito quanto a isso, circunscrevendo o dever de apresentação à situação de insolvência atual. Diversamente, não se prevê a aplicação do PER em situações de insolvência atual⁶⁹. A insolvência atual é a única hipótese em que existe o dever de apresentação à insolvência⁷⁰. A autora remata afirmando que, porém, nada impede que se concedam estímulos ao exercício de um poder de iniciativa no caso de insolvência iminente. Com efeito, face à situação de insolvência meramente iminente, os processos a que o devedor deve recorrer são o PER (para os devedores empresários) e o PEAP

⁶⁶ LUÍS CARVALHO FERNANDES e JOÃO LABAREDA, *Código...*, pp. 71-73.

⁶⁷ Vide Ac. do TRL, de 21 de fevereiro de 2012 (proc. n.º 542/10.0TBLNH.L1-6), relatado pela Desembargadora ANA DE AZEREDO COELHO (disponível em www.dgsi.pt).

⁶⁸ CATARINA SERRA, *Revitalização...*, p. 91.

⁶⁹ O *controlo externo* no acesso ao PER, instituído pela reforma de 2017, possui a virtualidade de vir sanar ou diminuir os abusos na utilização do procedimento, nomeadamente, naquelas situações em que o devedor já se encontra em situação de insolvência atual e, portanto, já fora do âmbito de aplicação, mas que tenta falsear a sua real situação económica para usufruir ilegítimamente das vantagens conferidas pelo processo de revitalização.

⁷⁰ *Ibidem*, p. 94.

(para os devedores que não sejam empresários). Já o processo de insolvência é reservado às situações de insolvência atual.

8.2. Pressuposto subjetivo: o devedor empresário

O art. 1.º, n.º 2 do CIRE 2012 dispunha que o *devedor* pode requerer ao tribunal a instauração de processo especial de revitalização. No mesmo sentido, também o art. 17.º-A, n.º 1 consagrava que o processo especial de revitalização é destinado a permitir ao *devedor* (...) estabelecer negociações com os respetivos credores de modo a concluir com estes um acordo conducente à sua revitalização. E, de uma forma ainda mais reveladora quanto ao alcance subjetivo do processo de revitalização, dispunha o n.º 2 do art. 17.º-A que o PER pode ser utilizado por *toda o devedor*. Prevalencia o critério da autonomia patrimonial, tivessem ou não personalidade judiciária⁷¹.

Nos termos consagrados no art. 2.º, n.º 1 do CIRE⁷², são sujeitos passivos de PER as pessoas coletivas e singulares, as heranças jacentes, as associações sem personalidade jurídica e as comissões especiais, as sociedades civis, as sociedades comerciais e as sociedades civis sob a forma comercial até à data do registo definitivo do contrato pelo qual se constituem, as cooperativas, antes do registo da sua constituição, o estabelecimento individual de responsabilidade limitada e quaisquer outros patrimónios autónomos. E, de acordo com o n.º 2 do mesmo normativo, excetua-se as pessoas coletivas públicas e as entidades públicas empresariais, as empresas de seguros, as instituições de crédito, as sociedades financeiras, as empresas de investimento que prestem serviços que impliquem a detenção de fundos ou de valores mobiliários de terceiros e os organismos de investimento coletivo, na medida em que a sujeição a processo de insolvência seja incompatível com os regimes especiais previstos para tais entidades.

Com a reforma de 2017, o PER tornou-se um procedimento exclusivamente aplicável a *devedores empresários*. O que são devedores empresários?

Devemos começar por referir que o art. 5.º entorna a noção de empresa, para efeitos de aplicação do CIRE, definindo-a como *toda a organização de capital e de trabalho* destinada ao exercício de *qualquer atividade económica*. A definição apresentada está distante do que seria possível fazer. Mais uma vez, o legislador delega na jurisprudência e na doutrina a tarefa

⁷¹ LUÍS M. MARTINS, *Recuperação...*, p. 15.

⁷² MARIA DO ROSÁRIO EPIFÂNIO, *Manual...*, p. 280.

de vir cobrir os interstícios por si deixados devido à utilização imprudente de conceitos indeterminados. Não estará aberto o caminho para mais uma controvérsia jurisprudencial?

O devedor empresário não é *necessariamente* uma pessoa coletiva, nem o devedor não empresário é *necessariamente* uma pessoa singular. Pode uma pessoa singular ser simultaneamente empresária⁷³. Ora, nos casos em que as pessoas singulares sejam empresárias, não haverá, à partida, qualquer distinção a fazer entre o património pessoal do devedor e o património da empresa, uma vez que todo o património do devedor responde pelas dívidas empresariais⁷⁴. Contudo, a distinção entre devedores empresários e devedores não empresários não é novidade⁷⁵. Verdadeiramente, a determinação das diferenças entre devedores empresários e devedores não empresários estabelece-se com base nas qualidades dos primeiros, qualidades que, mediante a realização de uma delimitação negativa, não são predicativas dos segundos⁷⁶.

Que ideia subjaz a este tipo de regulação que assenta na distinção entre devedores empresários e devedores não empresários?

As empresas apresentam características específicas que não se verificam relativamente aos devedores que não sejam empresas. As empresas são uma *organização de meios*, de *capital* e de *pessoas*, dirigida ao desenvolvimento de uma *atividade económica*, seja comercial, ou não⁷⁷.

A insolvência de uma empresa origina no tráfego jurídico e na economia, perturbações mais gravosas do que as de um devedor que não seja empresário. As empresas interagem e envolvem-se numa cadeia de relações de uma forma muito mais intensa que os devedores não empresários. Isto significa que a situação de pré-insolvência ou de insolvência de uma empresa representa, a maioria das vezes, um perigo consideravelmente acrescido. Nas

⁷³ JORGE MANUEL COUTINHO DE ABREU, *Da Empresarialidade - As Empresas no Direito*, Almedina, 1996, p. 214 e ss..

⁷⁴ LUÍS MENEZES LEITÃO, *Direito...*, 2017, p. 86.

⁷⁵ Vejamos vários exemplos em que se procede à distinção entre devedores empresários e devedores não empresários: se o devedor for *titular de uma empresa*, a lei presume o conhecimento da situação de insolvência (art. 18.º, n.º 3); as pessoas singulares que *não sejam titulares de empresas* estão excluídas do dever de apresentação à insolvência (art. 18.º, n.º 2); a violação do dever de apresentação à insolvência por parte de *devedores empresários* acarreta, entre outras consequências, a presunção de culpa grave no âmbito do incidente de qualificação da insolvência (art. 186.º, n.º 3, al. a) e n.º 4); o regime do SIREVE é destinado aos *devedores empresários* (arts. 1.º e 2.º do D.L. n.º 178/2012, de 3 de agosto).

⁷⁶ ANA ALVES LEAL e CLÁUDIA TRINDADE, *O processo especial para acordo de pagamento (PEAP): o novo regime pré-insolvencial para devedores não empresários*, Revista de Direito das Sociedades, Almedina, Ano IX (2017) - Número I, Consulta Pública, Programa Capitalizar, Resposta do Centro de Investigação de Direito Privado, p. 78.

⁷⁷ ANA ALVES LEAL e CLÁUDIA TRINDADE, *O processo...*, p. 77.

palavras de KLAUS REISCHL, gera-se uma cadeia de reações (*kettenreaktionen*)⁷⁸, que representa uma sequência de incumprimentos e que, por sua vez, dá origem a uma crise coletiva ou geral⁷⁹. Daqui resulta que subjaz aos regimes dirigidos às empresas, não só, a proteção dos interesses dos credores, mas, também, um “interesse público” na proteção do crédito empresarial⁸⁰. Portanto, para além do objetivo da preservação do bom funcionamento do mercado, é a proteção do “interesse público” na proteção do crédito empresarial que justifica que ao devedor titular de empresa seja imputada uma “responsabilidade” superior à dos devedores não empresários⁸¹ e que passa pela cominação de ónus e deveres mais onerosos, cujo incumprimento é, por vezes, duramente sancionado, como por exemplo, a violação do dever de apresentação à insolvência que acarreta a presunção de culpa grave no âmbito do incidente de qualificação da insolvência. A vida económica e empresarial é uma vida de interdependências, pelo que o incumprimento por parte de certos agentes repercute-se necessariamente na situação económica e financeira dos demais⁸².

Contudo, a dúvida permanece quanto às pessoas singulares que, não sendo empresas, são, no entanto, comerciantes e, portanto, reúnem *capital* e *trabalho* com o objetivo de exercício de uma *atividade económica*, preenchendo o conceito de empresa vertido no art. 5.º do CIRE.

Ousamos terminar o estudo sobre o pressuposto subjetivo do PER da mesma forma que começamos: o art. 1.º, n.º 2 do CIRE 2017 dispõe que a *empresa* pode requerer ao tribunal a instauração de processo especial de revitalização. Também o art. 17.º-A, n.º 1 consagra que o processo especial de revitalização é destinado a permitir à *empresa* (...) estabelecer negociações com os respetivos credores de modo a concluir com estes um acordo conducente à sua revitalização. E, de uma forma ainda mais reveladora quanto ao novo alcance subjetivo do processo de revitalização, dispõe agora o n.º 2 do art. 17.º-A que o PER pode ser utilizado por *qualquer empresa*.

⁷⁸ KLAUS REISCHL, *Insolvenzrecht (Schwerpunktbereich)*, 4.ª edição, C.F. Müller, 2016, p. 2, *apud* ANA ALVES LEAL e CLÁUDIA TRINDADE, *O processo...*, p. 77.

⁷⁹ CATARINA SERRA, *O problema da natureza do processo de liquidação aplicável à insolvência no Direito português*, Coimbra Editora, 2009, p. 342.

⁸⁰ CATARINA SERRA, *A falência no quadro da tutela jurisdicional dos direitos de crédito*, Coimbra Editora, 2009, p. 341.

⁸¹ CATARINA SERRA, *O problema...*, p. 342.

⁸² Cf. Preâmbulo do CIRE.

9. Breve excursão sobre a tramitação processual

9.1. Processo para abertura de negociações

O PER para abertura de negociações inicia-se com a comunicação⁸³ pela *empresa* – que se encontre em situação económica difícil ou em insolvência iminente e seja suscetível de recuperação económica⁸⁴ –, no tribunal competente para apreciar e decidir sobre a sua insolvência (arts. 7.º, n.º 1 e 17.º-C, n.º 3 do CIRE e art. 128.º, n.º 1, al. a) da LOFTJ)⁸⁵, de: *a*) uma declaração, datada e assinada, de manifestação de vontade da empresa e de credor⁸⁶ ou credores que, não estando *especialmente relacionados com a empresa*⁸⁷, sejam titulares, pelo menos, de 10% de créditos não subordinados⁸⁸, por meio de declaração escrita, de encetarem negociações conducentes à revitalização daquela, por meio da aprovação de plano de recuperação (art. 17.º-C, n.º 1, 2 e 3, al. a)); *b*) cópias dos documentos elencados no n.º 1 do art. 24.º (art. 17.º-C, n.º 3, al. b)); *c*) declaração subscrita há não mais de trinta dias por Contabilista Certificado ou Revisor Oficial de Contas (sempre que a revisão de contas seja legalmente exigida), atestando que a empresa não se encontra em situação de insolvência atual (art. 17.º-A, n.º 2), conferindo uma maior credibilidade à declaração emitida pela empresa, e; *d*) de uma proposta de plano de recuperação, acompanhada, pelo menos, da descrição da situação patrimonial, financeira, e reditícia da empresa (art. 17.º-C, n.º 3, al. c)).

De acordo com o anterior regime, o PER iniciava-se com a manifestação de vontade do *devedor* e de, pelo menos, *um* dos seus credores. Parece que o credor cujo assentimento se

⁸³ Como bem repara ALEXANDRE DE SOVERAL MARTINS, *Um Curso...*, p. 516, o processo judicial inicia-se com a comunicação, e não com a declaração de vontade, pela empresa ao juiz que pretende dar início às negociações conducentes à sua recuperação. Com efeito, a declaração não se confunde com a comunicação que deve ser feita ao juiz.

⁸⁴ O PER não pode ser utilizado quando a empresa está em situação de insolvência atual.

⁸⁵ Nos termos do art. 128.º, n.º 1, al. a) da LOFTJ (L. n.º 62/2013, de 26 de agosto), compete aos juízos de comércio preparar e julgar os processos de insolvência e os processos especiais de revitalização; ver, também, a este respeito, o Ac. do TRP, de 29 de junho de 2017 (proc. n.º 203/17.9T8STS.P1), relatado pelo Desembargador MADEIRA PINTO (disponível em www.dgsi.pt).

⁸⁶ A Declaração de Retificação n.º 21/2017, de 25 de agosto, que veio retificar o D.L. n.º 79/2017, de 30 de junho, alterou o n.º 1 do art. 17.º-C, passando a prever que o PER também pode iniciar-se com a manifestação de vontade da empresa e de apenas *um credor* que, não estando especialmente relacionado com a empresa, seja titular de, pelo menos, 10% de créditos não subordinados. O que importa é que o um credor ou um conjunto de credores seja(m) titular(es) de, pelo menos, 10% de créditos não subordinados.

⁸⁷ Cf. art. 49.º do CIRE.

⁸⁸ Nos termos do n.º 6 do art. 17.º-C, mediante requerimento fundamentado da empresa e de credor ou credores que, satisfazendo o disposto no n.º 1, detenham, pelo menos, créditos no valor de 5% dos créditos relacionados, ou mediante requerimento fundamentado da empresa, o juiz pode reduzir o limite de 10% a que se refere o n.º 1, levando em consideração na apreciação do pedido o montante absoluto dos créditos relacionados e a composição do universo de credores.

obteve, tanto poderá ser garantido como comum e até subordinado⁸⁹. Evidentemente que se tratava de um acesso mais facilitado e pouco rigoroso e que poderia dar origem a abusos por parte de quem a ele se pretendesse submeter, tendo em vista valer-se ilegitimamente das suas vantagens. A consagração das novas regras para aceder ao PER, transformaram-no num instrumento mais robusto e credível aos olhos dos credores.

A assinatura da declaração visa impedir que, por um lado, depois de obtida a assinatura dos credores, a empresa desista de avançar com o requerimento e que, por outro, os credores revoguem a respetiva declaração. Em bom rigor, é o momento da entrega do requerimento que define a data de início do processo⁹⁰.

Ao abrigo do regime ora revogado, após a apresentação do requerimento pelo *devedor* e feita a sua distribuição, o juiz proferia despacho liminar (art. 17.º-C, n.º 3, al. a) do CIRE 2012). O despacho liminar tinha uma das seguintes finalidades: 1) despacho de indeferimento limiar; 2) despacho de convite ao aperfeiçoamento do requerimento, ou; 3) despacho de admissão do requerimento.

Atualmente, com a reforma do CIRE, eliminou-se a fase liminar do processo. Seria importante mantê-la? Cremos que não. Desde logo, porque o acesso ao PER é agora objeto de um grande escrutínio externo e independente, pelo que, a probabilidade de a empresa que se submete ao PER não respeitar os pressupostos exigidos para desencadear o processo será muito reduzida. Acresce que, ao abrigo do anterior regime, o juiz quando proferia o despacho liminar, não tinha que verificar a existência dos requisitos materiais de que dependia o PER, nem o eventual abuso do direito e fraude à lei⁹¹. À lei bastava que o devedor atestasse, mediante declaração assinada, que reunia todas as condições necessárias para se submeter ao PER⁹². O juiz deveria, somente, ressalvadas as hipóteses de recusa em casos marginais, certificar-se de que foi observado o formalismo legalmente prescrito⁹³. Para além de ser o que se extrai da exegese literal da norma, esse é também o sentido que melhor se coadunava com a sua *ratio legis*, na medida em que se pretendeu instituir um procedimento essencialmente

⁸⁹ Não poderá ser, no entanto, um credor por suprimentos, uma vez que, não podendo estes credores requerer a insolvência da sociedade, nos termos do art. 245, n.º 2 do CSC, é irrelevante o seu consentimento para a revitalização do devedor. Cf. LUÍS MENEZES LEITÃO, *Direito...*, p. 297 e ainda NUNO SALAZAR CASANOVA e DAVID SEQUEIRA DINIS, *PER...*, p. 27.

⁹⁰ MARIA DO ROSÁRIO EPIFÂNIO, *O Processo...*, p. 21.

⁹¹ Vide Ac. do TRP, de 15 de novembro de 2012 (proc. n.º 1457/12.2TJPT-A.P1), relatado pelo Desembargador JOSÉ AMARAL (disponível em www.dgsi.pt).

⁹² Vide Ac. do TRP, de 18 de fevereiro de 2016 (proc. n.º 3521/15.7T8AVR.P1), relatado pela Desembargadora JUDITE PIRES (disponível em www.dgsi.pt).

⁹³ Vide Ac. do TRG, de 2 de fevereiro de 2017 (proc. n.º 5405/16.2T8VNF-A.G1), proferido pelo Desembargador JOÃO PERES COELHO (disponível em www.dgsi.pt).

extrajudicial, em que o controlo jurisdicional é mínimo⁹⁴. Tratando-se de um processo urgente, e como referia MARIA DO ROSÁRIO EPIFÂNIO, o juiz deveria proferir despacho de admissão do PER, exceto nas hipóteses residuais, mas incontornáveis, em que deveria recusar o pedido – apenas quando fosse *manifesta a inviabilidade do pedido*, acrescentando que o controlo dos pressupostos materiais seria feito posteriormente⁹⁵. No mesmo sentido, defendiam NUNO SALAZAR CASANOVA e DAVID SEQUEIRA DINIS, que o juiz deveria recusar a nomeação de administrador judicial provisório e encerrar o processo, quando o PER fosse manifestamente improcedente, ou ocorresse, de *forma evidente*, exceções dilatórias insupríveis de que devesse conhecer oficiosamente, concluindo que não competia ao juiz fazer uma análise preliminar sobre se o devedor se encontra em situação económica difícil ou em situação de insolvência meramente iminente, mas ainda suscetível de recuperação, embora pudesse rejeitar o PER em caso de manifesta inviabilidade⁹⁶.

Curiosa e contrariamente à maioria dos autores, ALEXANDRE DE SOVERAL MARTINS tem dúvidas que assim seja. O autor propõe a analogia ao disposto no art. 27.º (apreciação liminar no âmbito do processo de insolvência) e acrescenta ainda que também o IAPMEI, I.P. aprecia liminarmente o requerimento de utilização do SIREVE⁹⁷.

Como podemos aferir, a jurisprudência e a maioria da doutrina já vinham atribuindo à fase liminar do processo uma importância bastante reduzida, pois que, exceto nas situações de manifesta inviabilidade do pedido⁹⁸ e nos casos de convite ao aperfeiçoamento⁹⁹, o juiz proferia de imediato despacho de admissão. Não cremos que o processo fique fragilizado com a eliminação da fase liminar. Com efeito, ao abrigo do novo regime, uma vez recebido o requerimento inicial, o juiz nomeia, de imediato, sem qualquer exame formal e material ao processo, o administrador judicial provisório e disso notifica imediatamente a empresa (art. 17.º-C, n.ºs 4 e 5)¹⁰⁰.

⁹⁴ ANA PRATA, *et alia*, *Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas Anotado*, Almedina, 2013, p. 58.

⁹⁵ MARIA DO ROSÁRIO EPIFÂNIO, *O processo...*, p. 23.

⁹⁶ NUNO SALAZAR CASANOVA e DAVID SEQUEIRA DINIS, *PER...*, p. 33.

⁹⁷ ALEXANDRE DE SOVERAL MARTINS, *Um Curso...*, pp. 512-513.

⁹⁸ Por exemplo, o devedor apresentou-se à insolvência, ou foi declarado insolvente ou apresentou-se a um PER que terminou nos dois anos anteriores. Sobre a recorribilidade do despacho de indeferimento liminar do requerimento, ver NUNO SALAZAR CASANOVA e DAVID SEQUEIRA DINIS, *PER...*, p. 41 e FÁTIMA REIS SILVA, *Processo Especial de Revitalização - Notas Práticas e Jurisprudência Recente*, Porto Editora, 2014, p. 33.

⁹⁹ Por exemplo, quando faltarem documentos exigidos por lei ou alguma indicação obrigatória. Sobre a admissibilidade do despacho de aperfeiçoamento, *vide* NUNO SALAZAR CASANOVA e DAVID SEQUEIRA DINIS, *PER...*, p. 19.

¹⁰⁰ Para LUÍS M. MARTINS, *Recuperação...*, p. 31, a utilização do termo “imediato”, como que apelando à instantaneidade da nomeação do administrador judicial provisório, não deve prejudicar o tempo necessário para

A empresa, por seu turno, logo que seja notificada do despacho de nomeação do administrador judicial provisório, deve comunicar, de imediato e por meio de carta registada, a todos os seus credores que não hajam subscrito a declaração, que deu início a negociações com vista à sua revitalização, convidando-os a participar, caso assim o entendam, nas negociações em curso e informando que a documentação junta com o requerimento inicial e a proposta de plano de recuperação se encontram patentes na secretaria judicial para consulta (art. 17.º-D, n.º 1)¹⁰¹.

A nomeação do administrador judicial provisório produz determinados *efeitos*, nomeadamente: *a)* obsta à instauração de quaisquer ações para cobrança de dívidas contra a empresa e, durante todo o tempo em que perdurarem as negociações, suspende, quanto à empresa, as ações em curso com idêntica finalidade, extinguindo-se aquelas logo que seja aprovado e homologado plano de recuperação, salvo quando este preveja a sua continuação (art. 17.º-E, n.º 1)¹⁰²; *b)* a empresa fica ainda impedida de praticar *atos de especial relevo*¹⁰³, sem que previamente obtenha autorização para a realização da operação pretendida por parte do administrador judicial provisório (art. 17.º-E, n.º 2); os processos de insolvência em que anteriormente haja sido requerida a insolvência da empresa suspendem-se, desde que não tenha sido proferida sentença condenatória da insolvência, extinguindo-se logo que seja aprovado e homologado o plano de recuperação (art. 17.º-E, n.º 6)¹⁰⁴; *c)* suspensão de todos os prazos de prescrição e de caducidade oponíveis pela empresa, durante todo o tempo em que perdurarem as negociações e até à prolação dos despachos de homologação, de não homologação, caso não seja aprovado plano de recuperação até ao apuramento do resultado da votação ou até ao encerramento das negociações (art. 17.º-E, n.º 7)¹⁰⁵; *d)* e deixa de poder

o juiz aferir da necessidade de aperfeiçoamento, caso seja possível (por exemplo, a falta de documentos exigidos), ou mesmo rejeitar, se existirem factos impeditivos ou que não sejam supráveis por convite (por exemplo, o uso abusivo do procedimento). O art. 17.º-E, n.º 2 admite a possibilidade de o juiz indeferir liminarmente o requerimento e como consequência não nomear administrador judicial provisório.

¹⁰¹ Vide Ac. do TRG, de 14 de janeiro de 2016 (proc. n.º 130/15.4T8MAC.G1), relatado pelo Desembargador FRANCISCO CUNHA XAVIER, o Ac. do TRG, de 9 de fevereiro de 2017 (proc. n.º 2021/16.2T8VCT.G1), relatado pela Desembargadora ANA CRISTINA DUARTE e o Ac. do TRC, de 6 de junho de 2017 (proc. n.º 505/16.1T8FND.C1), relatado pelo Desembargador CARLOS MOREIRA (disponíveis em www.dgsi.pt).

¹⁰² Vide Ac. do STJ, de 17 de novembro de 2016 (proc. n.º 43/13.4TTPRT.P1.S1), relatado pela Conselheira ANA LUÍSA GERALDES (disponível em www.dgsi.pt).

¹⁰³ Cf. art. 161.º, n.ºs 2 e 3, als. d), e), f) e g) do CIRE. Vide Ac. do TRG, de 10 de novembro de 2014 (proc. n.º 580/14.3TBFAF-A.G1) relatado pelo Desembargador ANTÓNIO FIGUEIREDO DE ALMEIRDA (disponível em www.dgsi.pt).

¹⁰⁴ Vide Ac. do TRC, de 16 de outubro de 2012 (proc. n.º 421/12.6TBTND.C1), relatado pelo Desembargador CARLOS MOREIRA e o Ac. do TRP, de 1 de junho de 2015 (proc. n.º 216/14.2T8AMT.P2), relatado pelo Desembargador CARLOS QUERIDO (disponíveis em www.dgsi.pt).

¹⁰⁵ Vide Ac. do TRL, de 2 de julho de 2015 (proc. n.º 168/14.9T8BRR.L1-6), relatado pelo Desembargador TOMÉ RAMIÃO (disponível em www.dgsi.pt).

ser suspensa a prestação de um conjunto de serviços públicos essenciais e durante todo o tempo em que perdurarem as negociações (art. 17.º-E, n.º 8)¹⁰⁶.

Qualquer credor¹⁰⁷ dispõe do prazo de vinte dias, contados a partir da data de publicação na plataforma informática *Citius* do despacho de nomeação do administrador judicial provisório, para reclamar créditos. Os referidos prazos são perentórios¹⁰⁸, contínuos¹⁰⁹, não se suspendendo durante as férias judiciais (art. 138.º, n.º 1 do CPC *ex vi* art. 17.º, n.º 1), uma vez que o PER é um processo de natureza urgente (art. 17.º-A, n.º 3) e não há lugar a dilações¹¹⁰. A reclamação de verificação de créditos é realizada por meio de requerimento, acompanhado dos documentos probatórios elencados no art. 128.º¹¹¹, devendo ser remetida ao administrador judicial provisório nomeado (art. 17.º-D, n.º 2).

Findo o prazo de vinte dias para qualquer credor reclamar créditos, inicia-se um novo prazo de cinco dias para o administrador judicial provisório elaborar uma *lista provisória de créditos* (art. 17.º-D, n.º 2)¹¹². A lista provisória de créditos, uma vez apresentada na secretaria judicial e publicada na plataforma informática *Citius*, pode ser impugnada no prazo de cinco dias úteis, dispondo, em seguida, o juiz, de igual prazo para decidir sobre as impugnações¹¹³ que lhe foram dirigidas (art. 17.º-D, n.º 3)¹¹⁴. Não sendo impugnada, a lista provisória de

¹⁰⁶ Nos termos do n.º 8 do art. 222.º-E, não pode ser suspensa a prestação dos seguintes serviços públicos essenciais: a) serviço de fornecimento de água; b) serviço de fornecimento de energia elétrica; c) serviço de fornecimento de gás natural e gases de petróleo liquefeitos canalizados; d) serviço de comunicações eletrónicas; e) serviços postais; f) serviço de recolha e tratamento de águas residuais e; g) serviços de gestão de resíduos sólidos urbanos.

¹⁰⁷ Concordamos com a posição adotada por PAULO DE TARSO DOMINGUES, *O Processo...*, p. 19, de que este prazo de 20 dias também vale para os credores que assinaram a declaração de manifestação de vontade de encetarem negociações.

¹⁰⁸ O decurso do prazo perentório extingue o direito de praticar o ato para o qual o prazo foi determinado (art. 139.º, n.º 2 do CPC).

¹⁰⁹ Não se suspendem aos sábados, domingos e feriados.

¹¹⁰ Vide Ac. do TRG, de 14 de fevereiro de 2013 (proc. n.º 2812/12.3TBGMR-A.G1), relatado pelo Desembargador MANSO RAÍNHO (disponível em www.dgsi.pt).

¹¹¹ O art. 128.º é aplicável ao processo especial de revitalização por analogia. Neste sentido, ver o Ac. do TRC, de 20 de junho de 2014 (proc. n.º 3106/13.2TBVIS-A.C1), relatado pelo Desembargador ARLINDO OLIVEIRA (disponível em www.dgsi.pt). Na doutrina, ver NUNO SALAZAR CASANOVA e DAVID SEQUEIRA DINIS, *PER...*, p. 151.

¹¹² A lista provisória de créditos deve ser redigida ao abrigo do disposto no art. 129.º do CIRE. Vide, neste sentido, o Ac. do TRL, de 11 de outubro de 2016 (proc. n.º 2801/15.6T8PDL-A-7), relatado pela Desembargadora CARLA CÂMARA (disponível em www.dgsi.pt).

¹¹³ A lista provisória de créditos pode ser impugnada por qualquer interessado e com recurso aos fundamentos previstos no art. 130.º, n.º 1, aplicável por analogia.

¹¹⁴ De acordo com NUNO SALAZAR CASANOVA e DAVID SEQUEIRA DINIS, *PER...*, p. 75, apesar da omissão do legislador, entendem que as impugnações são dirigidas ao juiz, uma vez que é ele que decide sobre as mesmas.

créditos converte-se em *lista definitiva de créditos* (art. 17.º-D, n.º 4)¹¹⁵, sem necessidade de qualquer ato judicial adicional¹¹⁶.

Findo o prazo para a apresentação das impugnações à lista provisória de créditos, a empresa e os credores¹¹⁷ dispõem do prazo de dois meses para concluírem as negociações encetadas, o qual pode ser prorrogado uma vez, por um mês, mediante acordo prévio e escrito entre o administrador judicial provisório e a empresa (art. 17.º-D, n.º 5)¹¹⁸. As negociações desenvolvem-se entre a empresa e os seus credores, com a participação e sob a orientação e fiscalização do administrador judicial provisório (art. 17.º-D, n.ºs 8 e 9)¹¹⁹.

Até ao termo do prazo de negociações, a empresa deposita no tribunal a *versão final do plano de revitalização*, sendo de imediato publicada na plataforma informática *Citius* a indicação do depósito (art. 17.º-F, n.º 1). No prazo de cinco dias subsequentes à publicação da versão final do plano de revitalização, qualquer credor pode alegar nos autos o que tiver por conveniente quanto ao plano depositado pela empresa, designadamente circunstâncias suscetíveis de levar à não homologação do mesmo, dispondo a empresa de cinco dias após o termo do primeiro prazo para, querendo, alterar o plano em conformidade, e, nesse caso, depositar uma nova versão (art. 17.º-F, n.º 2). Findo o prazo para a empresa proceder à *alteração do plano de revitalização*, é publicado na plataforma informática *Citius* anúncio advertindo os interessados da junção ou não junção de nova versão do plano, correndo desde a publicação referida o prazo de votação de dez dias, no decurso do qual qualquer interessado pode solicitar a não homologação do plano (art. 17.º-F, n.º 3).

A votação efetua-se por escrito e os votos são remetidos ao administrador judicial provisório que elabora um documento com o resultado da votação e remete-o ao tribunal (art. 17.º-F, n.º 6).

¹¹⁵ Sobre a impugnação da lista de créditos provisórios e a sua conversão em lista de créditos definitivos, *vide* o Ac. do TRP, de 4 de fevereiro de 2014 (proc. n.º 622/13.0TBCHV-A.P1), relatado pela Desembargadora ANABELA DIAS DA SILVA (disponível em www.dgsi.pt).

¹¹⁶ LUÍS CARVALHO FERNANDES e JOÃO LABAREDA, *Código...*, p. 157.

¹¹⁷ MARIA DO ROSÁRIO EPIFÂNIO, *O Processo...*, p. 55, O Processo Especial de Revitalização, Almedina, 2016 possibilidade de participar nas negociações, quanto aos credores, restringe-se aos credores cujos créditos constam da lista definitiva de créditos ou, se esta não existir, da lista provisória de créditos.

¹¹⁸ O prazo indicado no n.º 5 do art. 17.º-D do CIRE é um prazo de caducidade, tendo natureza perentória/preclusiva, sendo assim improrrogável (para além do que se mostra estatuído nesse n.º 5). No caso de tal prazo ter oportunamente transcorrido, não pode ser homologado o plano de recuperação que, mediante certos votos produzidos posteriormente, tenha obtido votação suficiente para a sua aprovação (Ac. do STJ, de 22 de fevereiro de 2017 (proc. n.º 13031/15.7T8LSB.L1.S1), relatado pelo Conselheiro JOSÉ RAÍNHO (disponível em www.dgsi.pt)).

¹¹⁹ MARIA DO ROSÁRIO EPIFÂNIO, *O Processo...*, p. 54. Ainda sobre a participação, orientação e fiscalização do administrador judicial provisório, ver o Ac. do TRL, de 9 de dezembro de 2014 (proc. n.º 1614/13.4TBALQ.L1-7), relatado pelo Desembargador ROQUE NOGUEIRA (disponível em www.dgsi.pt).

O processo negocial é encerrado com a *aprovação* (*unânime* ou por *maioria*) ou a *não aprovação* do plano de revitalização.

Concluindo-se as negociações com a *aprovação por unanimidade* dos votos do plano de recuperação conducente à revitalização da empresa, em que intervenham todos os seus credores, este é de imediato remetido ao processo, para homologação ou recusa do mesmo pelo juiz, acompanhado da documentação que comprova a sua aprovação, atestada pelo administrador judicial provisório, produzindo o plano de recuperação, em caso de *homologação*, de imediato, os seus efeitos (art. 17.º-F, n.º 4).

De outro modo, considera-se aprovado, por *maioria dos votos*, o plano de recuperação que: *a)* sendo votado por credores cujos créditos representem, pelo menos, um terço do total dos créditos relacionados com direito de voto, recolha o voto favorável de mais de dois terços da totalidade dos votos emitidos e mais de metade dos votos emitidos correspondentes a créditos não subordinados, não se considerando como tal as abstenções; ou *b)* recolha o voto favorável de credores cujos créditos representem mais de metade da totalidade dos créditos relacionados com direito de voto e mais de metade destes votos correspondentes a créditos não subordinados, não se considerando como tal as abstenções (art. 17.º-F, n.º 5).

E a intervenção da empresa não será necessária para a aprovação do – seu – acordo de recuperação? LUÍS CARVALHO FERNANDES e JOÃO LABAREDA defendem que a empresa deverá necessariamente aprovar e subscrever o acordo de revitalização, sob pena de o mesmo não poder ser homologado¹²⁰. Do mesmo modo, MARIA DO ROSÁRIO EPIFÂNIO defende que o consentimento do devedor e a subscrição do acordo são essenciais à eficácia do mesmo¹²¹. Também PAULO DE TARSO DOMINGUES adota a mesma posição, uma vez que o PER serve para se tentar alcançar a homologação de um acordo de revitalização *também* com o devedor¹²².

Nos dez dias seguintes à receção da documentação que comprova a aprovação do plano de revitalização pelos credores (e pela empresa), o juiz decide se homologa ou recusa o plano de recuperação (art. 17.º-F, n.º 7). Caso o juiz decida não homologar o acordo de recuperação e caso a empresa ainda não se encontre em situação de insolvência, o encerramento do processo acarreta a extinção de todos os seus efeitos; diversamente, estando a empresa já em situação de insolvência, o encerramento do processo acarreta a insolvência da empresa, devendo a mesma ser declarada pelo juiz; ao administrador judicial provisório compete emitir

¹²⁰ LUÍS CARVALHO FERNANDES e JOÃO LABAREDA, *Código...*, p. 165.

¹²¹ MARIA DO ROSÁRIO EPIFÂNIO, *O Processo...*, p. 65.

¹²² PAULO DE TARSO DOMINGUES, *O Processo...*, p. 23.

o seu parecer sobre se a empresa se encontra em situação de insolvência e, em caso afirmativo, requerer a respetiva insolvência (art. 17.º-G, n.ºs 2 a 4 *ex vi* art. 17.º-F, n.º 8).

A decisão de homologação que o juiz venha a proferir vincula a empresa e os credores, mesmo os que não hajam reclamado os seus créditos ou participado nas negociações, relativamente aos créditos constituídos à data em que foi proferido o despacho de nomeação de administrador judicial provisório (art. 17.º-F, n.º 10).

Caso a empresa ou a maioria dos credores concluam *antecipadamente* não ser possível alcançar um acordo de recuperação, ou caso seja ultrapassado o prazo para concluir as negociações, o processo negocial é encerrado, devendo o administrador judicial provisório comunicar tal facto ao processo (art. 17.º-G, n.º 1). Compete ao administrador judicial provisório emitir o seu parecer sobre se aquela se encontra em situação de insolvência (art. 17.º-G, n.º 4)¹²³. Estando a empresa já em situação de insolvência, o encerramento do processo acarreta a insolvência da empresa (art. 17.º-G, n.º 3); por outro lado, caso a empresa ainda não se encontre em situação de insolvência, o encerramento do processo acarreta a extinção de todos os seus efeitos (art. 17.º-G, n.º 2)¹²⁴.

9.2. Processo para homologação de acordos extrajudiciais

O processo para homologação de acordos extrajudiciais de recuperação é a *segunda via* processual do PER¹²⁵, mais simples, abreviada e célere, quando comparada com o processo para abertura de negociações¹²⁶. Além disso, é uma modalidade que facilita a obtenção de um acordo de recuperação, uma vez que a empresa já tem o consentimento prévio dos credores¹²⁷.

¹²³ Contudo, na esteira do Ac. do TRL, de 7 de dezembro de 2016 (proc. n.º 12018/16.7T8SNT-C.L1-2), relatado pelo Desembargador PEDRO MARTINS, “[o] requerimento de insolvência feito pelo administrador judicial provisório (art. 17.º-G, n.º 4 do CIRE) não equivale ao pedido de insolvência por apresentação do devedor, pelo que não há reconhecimento pelo devedor da sua situação de insolvência. Feito esse requerimento e autuado e distribuído como processo de insolvência, os devedores devem ser citados entre o mais para deduzirem, querendo, oposição, no prazo de 10 dias (arts. 29.º, n.º 1 e 30.º, n.º 1 do CIRE)”.

¹²⁴ Ver, a este respeito, Ac. do TRL, de 16 de janeiro de 2014 (proc. n.º 988/13.1TBPTM-A.E1), relatado pelo Desembargador FRANCISCO XAVIER (disponível em www.dgsi.pt).

¹²⁵ No sentido de que o processo para homologação de acordos extrajudiciais é ainda uma modalidade do PER, ver ALEXANDRE DE SOVERAL MARTINS, *O P.E.R. (Processo Especial de Revitalização)*, AB INSTANTIA - Revista do Instituto do Conhecimento AB, Ano I, n.º 1, Almedina, 2013, p. 40.

¹²⁶ MARIA DO ROSÁRIO EPIFÂNIO, *O Processo...*, p. 91. Sobre as principais diferenças a assinalar entre o processo para abertura de negociações e o processo para homologação, *vide* Ac. do STJ, de 27 de abril de 2017 (proc. n.º 1839/15.8T8STR.E1.S1), relatado pela Conselheira ANA PAULA BOULAROT (disponível em www.dgsi.pt).

¹²⁷ LUÍS M. MARTINS, *Recuperação...*, p. 74.

Os pressupostos de aplicação subjetivos e objetivos desta modalidade são comuns aos da modalidade do PER para abertura de negociações¹²⁸.

O processo inicia-se com a apresentação pela empresa de um acordo extrajudicial de recuperação, assinado pela empresa e por credores que representem a maioria dos créditos (art. 17.º-I, n.º 1). Recebido o acordo extrajudicial e toda a documentação que instrui o requerimento, o juiz nomeia administrador judicial provisório e a secretaria judicial notifica os credores que não tiveram intervenção no acordo de recuperação, mas que constam da lista de créditos relacionados pela empresa (art. 17.º-I, n.º 2). Em princípio, esses credores só têm neste momento conhecimento da existência do acordo.

Qualquer credor dispõe de vinte dias contados da publicação na plataforma informática *Citius* do despacho de nomeação de administrador judicial provisório, para *reclamar créditos*, devendo as reclamações ser remetidas ao administrador judicial provisório, que, no prazo de cinco dias, elabora uma lista provisória de créditos. A lista provisória de créditos é imediatamente apresentada na secretaria judicial e publicada na plataforma informática *Citius*, podendo ser impugnada no prazo de cinco dias úteis, dispondo o juiz de idêntico prazo para decidir sobre as eventuais impugnações. Não sendo impugnada, a lista provisória de créditos converte-se de imediato em lista definitiva (art. 17.º-D, n.ºs 2 a 4 *ex vi* art. 17.º-I, n.º 3).

Convertendo-se a *lista de créditos em definitiva*, o juiz procede, no prazo de dez dias, à análise do acordo extrajudicial, devendo homologá-lo se a votação realizada respeitar a maioria dos votos exigida, a não ser que se verifique a não homologação oficiosa ou a não homologação a solicitação dos interessados (arts. 215.º e 216.º *ex vi* art. 17.º-I, n.º 4).

Homologado o acordo de recuperação, a decisão vincula todos os credores, mesmo os que não hajam participado nas negociações (art. 17.º-F, n.º 10).

Se o juiz *não homologar o acordo*, compete ao administrador judicial provisório, após ouvir a empresa e os credores, emitir o seu parecer sobre se a empresa se encontra em situação de insolvência e, em caso afirmativo, requerer a insolvência da empresa; se a empresa ainda não se encontrar em situação de insolvência, o encerramento do processo acarreta a extinção de todos os seus efeitos; estando, porém, a empresa já em situação de insolvência, o encerramento do processo acarreta a insolvência da empresa (art. 17.º-G, n.º 2 e 3 *ex vi* art. 17.º-I, n.º 5).

¹²⁸ MARIA DO ROSÁRIO EPIFÂNIO, *O Processo...*, p. 91.

CAPÍTULO IV

O “novo” Processo Especial para Acordo de Pagamento

10. Gênese, finalidade e características

A criação do PEAP está estritamente relacionada com a controvérsia jurisprudencial (e com todo o eco sentido na doutrina) em torno da aplicabilidade do PER às pessoas singulares não empresárias ou comerciantes¹²⁹.

A reforma do CIRE faz parte do conjunto de medidas legislativas no âmbito da área estratégica da reestruturação empresarial previstas no quadro do Programa Capitalizar. A introdução do PEAP no nosso ordenamento jurídico (arts. 222.º-A a 222.º-I do CIRE) deriva da opção legislativa de “reservar o recurso ao PER a pessoas coletivas”¹³⁰, assim “permitindo aos particulares *continuem a dispor* [já antes dispunham de quê? Do PER!?] de um instrumento [pré-insolvencial] mais simplificado, destinado a obter um acordo de pagamento com os seus credores”¹³¹.

De forma semelhante ao propósito do PER, também o PEAP tem como objetivo permitir ao devedor estabelecer negociações com os respetivos credores, de modo a celebrar um acordo com estes, cujo fim é o de evitar que o devedor se venha a constituir em estado de insolvência.

Contudo, se no caso do PER, será um acordo tendente à *revitalização da empresa* (art. 17.º, n.º 1), no caso do PEAP, faz-se apenas referência ao objetivo de estabelecer *negociações* com os credores de modo a concluir com estes um *acordo de pagamento* (art. 222.º-A, n.º 1).

¹²⁹ No sentido de inaplicabilidade do regime do PER às pessoas singulares não empresárias, veja-se, na jurisprudência, por exemplo, o Ac. do STJ, de 18 de outubro de 2016 (proc. n.º 65/16.3T8STR.E1.S1), relatado pelo Conselheiro JÚLIO GOMES (disponível em www.dgsi.pt), e na doutrina, veja-se, por exemplo, LUÍS CARVALHO FERNANDES e JOÃO LABAREDA, *Código...*, p. 143. Por outro lado, no sentido da aplicabilidade do regime do PER às pessoas singulares não empresárias, veja-se, na jurisprudência, por exemplo, o Ac. do TRC, de 13 de julho de 2016 (proc. n.º 2970/16.8CBR.C1), relatado pelo Desembargador JORGE ARCANJO (disponível em www.dgsi.pt), e na doutrina, veja-se, por exemplo, MARIA DO ROSÁRIO EPIFÂNIO, *O Processo...*, pp. 15 e 16.

¹³⁰ Cf. medida n.º 24 do anexo II (medidas do Programa Capitalizar), prevista na Resolução do Conselho de Ministros n.º 42/2016.

¹³¹ Cf. Comunicado do Conselho de Ministros, de 16 de março de 2017, disponível em <http://www.portugal.gov.pt/pt/o-governo/cm/comunicados/20170316-com-cm.aspx> (último acesso em 7 de setembro de 2017).

Ficam, portanto, aparentemente afastadas do PEAP, as ideias de *recuperabilidade* e de *revitalização* do devedor (não empresário)¹³².

Ao PEAP deverão ser atribuídas as mesmas características (processo pré-insolvencial, especial, híbrido, concursal e urgente) do PER¹³³. Assim, remetemos o leitor para o Capítulo III, ponto 6..

11. Pressupostos de aplicação

Nos termos do consagrado no n.º 3 do art. 1.º, e n.º 1 do art. 222.º-A, o regime do PEAP é destinado a permitir ao *devedor*, que não sendo uma empresa e comprovadamente se encontre em *situação económica difícil* ou em *situação de insolvência meramente iminente*, estabelecer negociações com os respetivos credores de modo a concluir com estes um acordo de pagamento.

Exige-se, portanto, que o recurso ao PEAP se realize mediante a observância de dois pressupostos: um pressuposto de natureza subjetiva e outro pressuposto de natureza objetiva.

11.1. Pressupostos de natureza objetiva

Os arts. 222.º-A e 222.º-B reproduzem, integral e respetivamente, os arts. 17.º-A e 17.º-B; a única diferença é, como já vimos, a designação do sujeito, que relativamente ao PER é a “*empresa*” e ao PEAP é o “*devedor que não [seja] uma empresa*”.

O legislador optou pela repetição de normas jurídicas, em vez de recorrer à remissão para os artigos atinentes aos pressupostos objetivos de aplicação, consagrados no regime do PER. A utilização de uma norma remissiva seria a opção mais consentânea com as diretrizes da legística, que postulam que, em favor da simplificação e coerência do texto normativo, se evite a repetição de enunciados normativos desnecessários, sobretudo quando a remissão possa ser feita sem acarretar consigo uma grande prolixidade do texto, quebra da continuidade do discurso, dificuldade de interpretação ou perda de visão do conjunto normativo¹³⁴.

Dispõe o n.º 1 do art. 222.º-A que “[o] processo especial para acordo de pagamento destina-se a permitir ao devedor que, não sendo uma empresa e comprovadamente se encontre

¹³² ANA ALVES LEAL e CLÁUDIA TRINDADE, *O processo...*, pp. 70 e 71.

¹³³ L. MIGUEL PESTANA DE VASCONCELOS, *Recuperação...*, pp. 13 e 14.

¹³⁴ ANA ALVES LEAL e CLÁUDIA TRINDADE, *O processo...*, pp. 94 e 95.

em *situação económica difícil* ou em *situação de insolvência meramente iminente*, estabelecer negociações com os respetivos credores de modo a concluir com estes um acordo de pagamento”.

11.1.1. Situação económica difícil

O art. 222.º-B, identicamente ao art. 17.º-B, vem concretizar o conceito de situação económica difícil, definindo-a como aquela em que o devedor enfrenta dificuldade séria para cumprir pontualmente as suas obrigações, designadamente, por ter falta de liquidez ou por não conseguir obter crédito.

A questão que se tem levantado é a seguinte: será que a definição de situação económica difícil é totalmente operativa perante os devedores não empresários, nomeadamente, os indivíduos e as famílias? No entendimento de ANA ALVES LEAL e CLÁUDIA TRINDADE¹³⁵, com o qual nos identificamos, a resposta à referida questão é negativa. Desde logo, porque cremos que é indesejável a referência à não obtenção de financiamento por parte dos devedores pessoas singulares. Dirigindo-se o regime do PEAP a pessoas não empresárias, e tendo presente o combate que nos últimos anos tem vindo a ser feito ao sobreendividamento das pessoas singulares e das famílias, através de várias intervenções legislativas, julga-se que a menção à dificuldade em obter crédito constitui um sinal em sentido contrário àquele que se tem vindo a promover, que é o de as pessoas singulares em situação económica difícil reestruturarem as suas dívidas e não a de contraírem novos financiamentos, até para, muitas vezes, poderem cumprir as obrigações emergentes de outros financiamentos.

Cremos que a correspondência da situação económica difícil à situação em que não se consegue obter crédito pode fazer derivar a ideia de que as dívidas do devedor não são reestruturáveis em sede de PEAP, enquanto ele ainda conseguir obter financiamento para cumprir as suas obrigações. Fica ainda a ideia de uma preferência pelo recurso ao financeiro e de uma secundarização da reestruturação da dívida.

¹³⁵ *Ibidem*, pp. 95 e 96.

11.1.2. Situação de insolvência meramente iminente

O conceito de insolvência meramente iminente já vinha sendo utilizado, enquanto pressuposto de aplicação do PER e do processo de insolvência, mas sem concretização legislativa. Não obstante o contributo da doutrina ao longo dos últimos anos para se proceder à concretização da noção de insolvência iminente, o CIRE continua sem oferecer qualquer concretização do conceito.

Deste modo, e por nada haver a acrescentar ao que já estudamos anteriormente sobre este pressuposto objetivo, entendemos que é adequado e que cumpre o objetivo a que nos propomos, fazer remissão para o Capítulo III, ponto 8.1.2., onde procedemos à exposição de vários contributos doutrinários para a concretização do conceito de insolvência meramente iminente, assim se evitando repetições desnecessárias até porque as páginas que nos restam começam a ser poucas.

11.2. Pressuposto de natureza subjetiva: a demarcação negativa

Com a reforma do CIRE, na verdade, a opção do legislador foi a de desdobrar o regime do PER, ora revogado, em dois segmentos, dirigidos a destinatários distintos: por um lado, o PER para os devedores empresários e, por outro lado, o PEAP para devedores não empresários. Passou, assim, a existir uma duplicação de regimes com um texto normativo muito semelhante.

O PEAP foi consagrado através de uma *demarcação negativa* face ao regime do PER. Quer-se, com isto, dizer que o regime do PEAP dirige-se a *todos aqueles que não sejam abrangidos pelo regime do PER*, visando-se, com isso, negar o recurso ao PER por parte de devedores que *não sejam* empresas¹³⁶.

12. Breve excuro sobre a tramitação processual

À semelhança do processo de revitalização, o legislador consagrou também duas modalidades ou formas processuais de PEAP. Por um lado, existe a modalidade para a *abertura de negociações*, consagrada nos arts. 222.º-A a 222.º-H. Esta modalidade permite ao

¹³⁶ É o que resulta diretamente do n.º 1 do art. 222.º-A, nos termos do qual, o processo especial para acordo de pagamento destina-se a permitir ao devedor que, *não sendo uma empresa* e comprovadamente se encontre em situação económica difícil ou em situação de insolvência meramente iminente, estabelecer negociações com os respetivos credores de modo a concluir com estes um acordo de pagamento.

devedor estabelecer negociações com os respectivos credores de modo a alcançar com estes um acordo pagamento. Dada a experiência que temos com o PER, esta modalidade de PEAP será a mais utilizada. Existe, por outro lado, uma modalidade processual alternativa ao processo para abertura de negociações. Trata-se do processo destinado à *homologação de acordo extrajudicial de pagamento*, previsto no art. 222.º-I. Caracteriza-se por ser uma via processual mais simples, abreviada e célere, quando comparada com o processo para abertura de negociações.

12.1. Processo para abertura de negociações

O processo para abertura de negociações, inicia-se com a manifestação de vontade do devedor (não empresário) e de, pelo menos, um dos seus credores, por meio de declaração escrita, datada e assinada, por todos os declarantes, de encetarem negociações conducentes à elaboração de um acordo de pagamento (art. 222.º-C, n.ºs 1 e 2). O requerimento deve ser apresentado no tribunal que seria competente (em abstrato) para apreciar e decidir sobre a sua insolvência (arts. 7.º e 222.º-C, n.º 3)¹³⁷.

De acordo com o art. 222.º-C, n.º 3, als. a) e b), a assinatura da declaração dá origem a duas obrigações para o devedor que se traduzem nos procedimentos seguintes: 1) dever de apresentar a declaração de manifestação de vontade de encetar negociações conducentes à elaboração de acordo de pagamento e; 2) o dever de apresentar a lista de todas as ações de cobrança de dívida pendentes contra o devedor, comprovativo da declaração de rendimentos deste, comprovativo da sua situação profissional ou, se aplicável, situação de desemprego, bem como cópias dos documentos elencados nas alíneas a), d) e e) do n.º 1 do art. 24.º.

Com efeito, a assinatura da declaração visa impedir que duas coisas aconteçam: 1) que o devedor desista de avançar com o requerimento e; 2) que os credores revoguem a respetiva declaração.

Recebido o requerimento inicial, o juiz nomeia, de imediato, administrador judicial provisório e, desse despacho, é de imediato notificado o devedor (art. 222.º-C, n.ºs 4 e 5).

No exercício das suas funções, o administrador judicial provisório participa nas negociações, orientando e fiscalizando o decurso dos trabalhos e a sua regularidade, e deve

¹³⁷ Nos termos previstos no art. 128.º, n.º 1, al. a) da LOFTJ (L. n.º 40-A/2016, de 22 de dezembro, que procedeu à primeira alteração da L. n.º 62/2013, de 26 de agosto), compete aos juízos de comércio preparar e julgar os processos de insolvência, os processos especiais de revitalização e agora, também, os processos especiais para acordo de pagamento.

assegurar que as partes não adotam expedientes dilatórios, inúteis e prejudiciais à boa marcha daquelas (art. 222.º-D, n.º 9).

A nomeação do administrador judicial provisório produz determinados *efeitos*, nomeadamente: *a)* o devedor deve comunicar, de imediato, por meio de carta registada, a todos os seus credores que não hajam subscrito a declaração de manifestação de vontade, que deu início a negociações com vista à elaboração de acordo de pagamento, convidando-os a participar, caso assim o entendam, nas negociações em curso e informando-os que toda a documentação entregue com o requerimento inicial se encontra patente para consulta na secretaria judicial (art. 222.º-D, n.º 1); *b)* obsta à instauração de quaisquer ações para cobrança de dívidas contra o devedor e, durante todo o tempo em que perdurarem as negociações, suspende, quanto à empresa, as ações em curso com idêntica finalidade, extinguindo-se aquelas logo que seja aprovado e homologado plano de recuperação, salvo quando este preveja a sua continuação (art. 222.º-E, n.º 1); *c)* a empresa fica impedida de praticar *atos de especial relevo*¹³⁸, sem que previamente obtenha autorização para a realização da operação pretendida por parte do administrador judicial provisório (art. 222.º-E, n.º 2); *d)* os processos de insolvência em que anteriormente haja sido requerida a insolvência do devedor suspendem-se, desde que não tenha sido proferida sentença declaratória da insolvência, extinguindo-se logo que seja aprovado e homologado acordo de pagamento (art. 222.º-E, n.º 6); *e)* suspendem-se também todos os prazos de prescrição e de caducidade oponíveis pelo devedor, durante todo o tempo em que perdurarem as negociações e até à prolação dos despachos de homologação, de não homologação, caso não seja aprovado plano de pagamento até ao apuramento do resultado da votação ou até ao encerramento das negociações (art. 222.º-E, n.º 7) e; *f)* deixa de poder ser suspensa a prestação de um conjunto de serviços públicos essenciais e durante todo o tempo em que perdurarem as negociações (art. 222.º-E, n.º 8)¹³⁹.

Após a comunicação aos credores a dar conta do início das negociações com vista à elaboração de um acordo de pagamento, os credores dispõem de um prazo de vinte dias, contados desde a publicação na plataforma informática *Citius* do despacho de nomeação do administrador judicial provisório, para reclamarem os seus créditos, mediante requerimento,

¹³⁸ Cf. art. 161.º, n.ºs 2 e 3, als. d), e), f) e g) do CIRE.

¹³⁹ Nos termos do n.º 8 do art. 222.º-E, não pode ser suspensa a prestação dos seguintes serviços públicos essenciais: a) serviço de fornecimento de água; b) serviço de fornecimento de energia elétrica; c) serviço de fornecimento de gás natural e gases de petróleo liquefeitos canalizados; d) serviço de comunicações eletrónicas; e) serviços postais; f) serviço de recolha e tratamento de águas residuais e; g) serviços de gestão de resíduos sólidos urbanos.

acompanhado dos documentos probatórios elencados no art. 128.^o¹⁴⁰, devendo ser remetido ao administrador judicial provisório, que no prazo de cinco dias, contados após o término do prazo para a reclamação de créditos, elabora uma *lista provisória de créditos* (art. 222.^o-D, n.^o 2)¹⁴¹.

A lista provisória de créditos é imediatamente apresentada na secretaria judicial e publicada na plataforma informática *Citius*, podendo ser *impugnada* no prazo de cinco dias úteis. De seguida, o juiz dispõe de igual prazo para decidir sobre as impugnações (art. 222.^o-D, n.^o 3)¹⁴². Não sendo impugnada, a lista provisória de créditos converte-se, de imediato, em *lista definitiva de créditos* (art. 222.^o-D, n.^o 4).

Findo o prazo para as impugnações, o devedor e os credores dispõem do prazo de dois meses para concluírem as negociações, prazo esse que pode ser prorrogado, por uma só vez e por um mês, mediante acordo prévio e escrito entre o administrador judicial provisório nomeado e o devedor (art. 222.^o-D, n.^o 5). As negociações desenvolvem-se entre o devedor e os credores, com a participação, orientação e fiscalização do administrador judicial provisório (art. 222.^o-D, n.^o 9).

Durante as negociações, o devedor deve prestar toda a informação considerada pertinente aos credores e ao administrador judicial provisório, de modo que se possam realizar de forma transparente e equitativa, devendo manter sempre atualizada e completa a informação facultada ao administrador judicial provisório e aos credores (art. 222.^o-D, n.^o 6).

Os credores que decidam participar nas negociações declaram-no ao devedor por meio de carta registada, podendo fazê-lo durante todo o tempo em que perdurarem as negociações (art. 222.^o-D, n.^o 7).

Dadas por concluídas as negociações, podemos estar diante uma das situações seguintes: *i) aprovação* do acordo de pagamento (por *unanimidade* ou *maioria*), ou; *ii) não aprovação* do acordo de pagamento.

Concluindo as negociações com a *aprovação unânime* do acordo de pagamento, em que intervenham todos os credores, este deve ser assinado por todos, sendo de imediato remetido ao processo, para homologação ou recusa da mesma pelo juiz, acompanhado da documentação que comprova a sua aprovação, atestada pelo administrador judicial provisório

¹⁴⁰ O art. 128.^o deverá ser também aplicável ao PEAP, por analogia e com a mesma argumentação com que se admite que é aplicável ao PER.

¹⁴¹ A lista provisória de créditos deve ser redigida nos termos do disposto no art. 129.^o.

¹⁴² A lista provisória de créditos pode ser impugnada por qualquer interessado e com recurso aos fundamentos previstos no art. 130.^o, n.^o 1, aplicável por analogia.

nomeado, produzindo tal acordo de pagamento, em caso de homologação, de imediato, os seus efeitos (art. 222.º-F, n.º 1).

Se as negociações forem concluídas com a *aprovação por maioria* do acordo de pagamento, o devedor deve remetê-lo ao tribunal e começa a correr o prazo de votação de dez dias, no decurso do qual qualquer interessado pode solicitar a não homologação do plano (art. 222.º-F, n.º 2). Considera-se aprovado o acordo de pagamento que: *a)* sendo votado por credores cujos créditos representem, pelo menos, um terço do total dos créditos relacionados com direito de voto, contidos na lista de créditos a que se referem os n.ºs 3 e 4 do art. 222.º-D, recolha o voto favorável de mais de dois terços da totalidade dos votos emitidos e mais de metade dos votos emitidos corresponda a créditos não subordinados, não se considerando como tal as abstenções (art. 222.º-F, n.º 3, al. a)); ou *b)* recolha o voto favorável de credores cujos créditos representem mais de metade da totalidade dos créditos relacionados com direito de voto, calculados de harmonia com o disposto na alínea anterior, e mais de metade destes votos corresponda a créditos não subordinados, não se considerando como tal as abstenções (art. 222.º-F, n.º 3, al. b)).

A votação efetua-se por escrito e os votos são remetidos ao administrador judicial provisório, que elabora um documento com o resultado da votação e remete de imediato ao tribunal (art. 222.º-F, n.º 4).

O juiz decide se deve homologar ou recusar a homologação do acordo de pagamento, nos dez dias seguintes à receção de toda a documentação (art. 222.º-F, n.º 5).

Se o juiz decidir pela *não homologação do acordo*, e nos casos em que o devedor não se encontre em situação de insolvência, o encerramento do processo acarreta, nomeadamente, a extinção de todos os seus efeitos (art. 222.º-G, n.º 2); porém, estando o devedor já em situação de insolvência, o encerramento do processo acarreta a insolvência do devedor (art. 222.º-G, n.º 3). Compete ao administrador judicial provisório, após ouvir o devedor e os credores, emitir o seu parecer sobre se o devedor se encontra em situação de insolvência e, em caso afirmativo, requerer a insolvência do devedor (art. 222.º-G, n.º 4). Recebido o parecer do administrador judicial provisório e sendo no sentido da insolvência do devedor, o tribunal notifica este para, querendo e caso se mostrem preenchidos os respetivos pressupostos, em cinco dias, apresentar plano de pagamentos (art. 249.º e ss.) ou requerer a exoneração do passivo restante prevista no art. 235.º e ss. (art. 222.º-G, n.º 5).

A decisão de homologação do acordo que o juiz venha a proferir vincula o devedor e os credores, mesmo que não hajam reclamado os seus créditos ou participado nas negociações,

relativamente aos créditos constituídos à data em que foi proferido despacho de nomeação de administrador judicial provisório (art. 222.º-F, n.º 8).

Diferentemente, caso o devedor ou os credores concluam *antecipadamente* não ser possível alcançar um acordo, ou caso seja ultrapassado o prazo para impugnação da lista de créditos provisória, o processo negocial é encerrado, devendo o administrador judicial provisório comunicar tal facto ao processo (art. 222.º-G, n.º 1).

Nos casos em que o devedor ainda não se encontre em situação de insolvência, o encerramento do processo acarreta a extinção de todos os seus efeitos (art. 222.º-G, n.º 2). Contudo, estando o devedor já em situação de insolvência, o encerramento do processo acarreta a insolvência do devedor (art. 222.º-G, n.º 3).

Compete ao administrador judicial provisório, após ouvir o devedor e os credores, emitir o seu parecer sobre se o devedor se encontra em situação de insolvência e, em caso afirmativo, requerer a insolvência do devedor (art. 222.º-G, n.º 4). Recebido o parecer do administrador judicial provisório e sendo no sentido da insolvência do devedor, o tribunal notifica este para, querendo e caso se mostrem preenchidos os respetivos pressupostos, em cinco dias, apresentar plano de pagamentos (art. 249.º e ss.) ou requerer a exoneração do passivo restante prevista no art. 235.º e ss. (art. 222.º-G, n.º 5).

12.2. Processo para homologação de acordos extrajudiciais

O processo para homologação de acordos extrajudiciais de pagamento é a *segunda via* processual do PEAP, mais simples, abreviada e célere, quando comparada com o processo para abertura de negociações¹⁴³. Além disso, é uma modalidade que facilita a obtenção de um acordo de recuperação, uma vez que o devedor já tem o consentimento prévio dos credores¹⁴⁴. Os pressupostos de aplicação subjetivos e objetivos desta modalidade são comuns aos da modalidade do processo para abertura de negociações¹⁴⁵.

O processo inicia-se com a apresentação pelo devedor de um acordo extrajudicial de pagamento, assinado pelo devedor e por credores que representem a maioria dos créditos (art. 222.º-I, n.º 1). Recebido o acordo extrajudicial e toda a documentação que instrui o requerimento, o juiz nomeia administrador judicial provisório e a secretaria judicial notifica os credores que não tiveram intervenção no acordo de pagamento, mas que constam da lista

¹⁴³ MARIA DO ROSÁRIO EPIFÂNIO, *O Processo...*, p. 91.

¹⁴⁴ LUÍS M. MARTINS, *Recuperação...*, p. 74.

¹⁴⁵ MARIA DO ROSÁRIO EPIFÂNIO, *O Processo...*, p. 91.

de créditos relacionados pelo devedor (art. 17.º-I, n.º 2, al. a)) e é publicada na plataforma informática *Citius* a relação de todos os seus credores (art. 17.º-I, n.º 2, al. b)). Em princípio, só neste momento é que os credores têm conhecimento da existência do acordo de pagamento.

Qualquer credor dispõe de vinte dias contados da publicação na plataforma informática *Citius* do despacho de nomeação de administrador judicial provisório, para *reclamar créditos*, devendo as reclamações ser remetidas ao administrador judicial provisório, que, no prazo de cinco dias, elabora uma lista provisória de créditos; a lista provisória de créditos é imediatamente apresentada na secretaria judicial e publicada na plataforma informática *Citius*, podendo ser impugnada no prazo de cinco dias úteis, dispondo o juiz de idêntico prazo para decidir sobre as eventuais impugnações. Não sendo impugnada, a lista provisória de créditos converte-se de imediato em lista definitiva (art. 17.º-D, n.ºs 2 a 4 *ex vi* art. 17.º-I, n.º 3).

Convertendo-se a *lista de créditos em definitiva*, o juiz procede, no prazo de dez dias, à análise do acordo extrajudicial, devendo homologá-lo se a votação realizada respeitar a maioria dos votos exigida, a não ser que se verifique a não homologação oficiosa ou a não homologação a solicitação dos interessados (arts. 17.º-I, n.º 4, 215.º e 216.º).

Homologado o acordo de recuperação, a decisão vincula todos os credores, mesmo os que não hajam participado nas negociações (art. 17.º-F, n.º 10).

Se o juiz *não homologar o acordo*, compete ao administrador judicial provisório, após ouvir a empresa e os credores, emitir o seu parecer sobre se a empresa se encontra em situação de insolvência e, em caso afirmativo, requerer a insolvência da empresa; se a empresa ainda não se encontrar em situação de insolvência, o encerramento do processo acarreta a extinção de todos os seus efeitos; estando, porém, a empresa já em situação de insolvência, o encerramento do processo acarreta a insolvência da empresa (art. 222.º-G, n.º 2, 3 e 4 *ex vi* art. 222.º-I, n.º 5).

13. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegamos ao momento oportuno para tecermos algumas considerações em tom conclusivo sobre os principais tópicos que abordamos ao longo desta dissertação.

Face ao regime do PER instituído em 2012, a controvérsia jurisprudencial que se despoletou sobre a aplicabilidade do seu regime aos devedores pessoas singulares não empresários ou comerciantes foi, na nossa opinião, manifestamente injustificável. A verdade é que, no CIRE 2012 não existia qualquer norma expressa, nem implícita, no sentido de afastar do regime do PER os devedores pessoas singulares não empresários ou comerciantes. As normas que regulavam o PER, em momento algum, referiam que o seu âmbito de aplicação subjetivo estava limitado às pessoas coletivas ou entidades equiparadas; aliás, até pelo contrário, tais normas anunciavam, de forma clara, que o PER podia ser utilizado *por todo o devedor*. Com efeito, na nossa opinião, o PER não deixaria de ser também aplicável às pessoas singulares não empresárias, pois que, no silêncio da lei quanto a quaisquer requisitos subjetivos e/ou restrições, o regime do PER seria aplicável, sem limitações, a todos os devedores.

Relativamente ao renovado regime do PER, concluímos que as principais alterações ocorreram ao nível do respetivo acesso. É, agora, estabelecido, inequivocamente, que o PER só pode ser instaurado por *empresas*. Todavia, esta alteração, apesar de ser significativa, só resolve metade da controvérsia jurisprudencial a que assistimos. O art. 5.º do CIRE *entorna* o conceito de empresa, definindo-a como *toda a organização de capital e de trabalho* destinada ao exercício de *qualquer atividade económica*. Questionamos: e quanto aos devedores pessoas singulares que sejam *comerciantes*? Podem, ou não, submeter-se ao PER? A dúvida parece permanecer quanto às pessoas singulares que, não sendo empresas, são, no entanto, comerciantes e, portanto, são uma *organização*, reúnem *capital e trabalho* com o objetivo de exercer uma *atividade económica*, preenchendo o conceito vertido no art. 5.º. Com o tempo, veremos como é que a jurisprudência e a doutrina vão resolver este problema. Na nossa opinião, parece-nos que, para efeitos de aplicação do regime do PER, poder-se-ia *equiparar* os comerciantes às empresas.

Com a reforma, as condições de acesso ao PER tornaram-se mais exigentes, passando as *empresas* a terem que apresentar: uma declaração subscrita por Contabilista Certificado ou por Revisor Oficial de Contas (*juízo técnico independente*), atestando que a empresa não se encontra em situação de insolvência atual (*controlo externo*); uma declaração subscrita pela

empresa e por credores que, não estando especialmente relacionados com aquela, sejam titulares de, pelo menos, 10% de créditos não subordinados; uma proposta de plano de recuperação acompanhada, pelo menos, da descrição da situação patrimonial, financeira e reditícia da empresa. Estas alterações vieram rejuvenescer e transformar o PER num instrumento mais credível, robusto, visando-se, pois, evitar o abuso do direito e fraude à lei na utilização do procedimento.

Como consequência da restrição do PER às empresas – deixando de fora os devedores de qualquer outra natureza –, foi criado o PEAP, que, todavia, não é mais do que uma clonagem do anterior regime do PER, apenas com algumas novidades que constam já do atual regime (v.g., a não suspensão da prestação de alguns serviços públicos essenciais, durante todo o tempo em que perdurarem as negociações). As pouquíssimas diferenças existentes entre o PEAP e o PER prendem-se, sobretudo, com a necessidade de adaptação normativa e linguística do PEAP a uma realidade que não é a empresarial. Contudo, existe uma assinalável diferença entre os dois regimes. Ao invés do *plano de recuperação* que a empresa deve elaborar no âmbito do PER, o PEAP destina-se à homologação de um *acordo de pagamento*. Fica, assim, aparentemente, afastada do PEAP, a ideia de *recuperabilidade* do devedor. De resto, o PEAP não é uma solução inovadora, pelo que não se anteveem desafios distintos daqueles que já se conhecem dada a experiência já tida com o PER.

O grande mérito da reforma do CIRE é que trouxe, certamente, um aprofundamento da tutela pré-insolvencial, através da renovação do regime do PER e da criação do PEAP.

Concordamos com o propósito de instituir uma via de recuperação pré-insolvencial para os devedores que não sejam empresários ou comerciantes. Contudo, duvidamos que a melhor solução seja a da clonagem do revogado regime do PER a que assistimos, o que resulta numa duplicação normativa totalmente desnecessária.

Concluimos que, tirando as novas regras respeitantes ao acesso ao PER, que são verdadeiramente virtuosas, de resto, a reforma do CIRE 2017 [PER + PEAP (sobretudo este)] aparentou ser maior do que é...¹⁴⁶

¹⁴⁶ ANA ALVES LEAL e CLÁUDIA TRINDADE, *O processo...*, p. 21.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBERTO DOS REIS, JOSÉ, *Processos Especiais*, Coimbra Editora, 1982
- ALEXANDRE, ISABEL, *Efeitos processuais da abertura do Processo de Revitalização*, II Congresso de Direito da Insolvência, Almedina, 2014
- ALVES LEAL, ANA / TRINDADE CLÁUDIA, *O processo especial para acordo de pagamento (PEAP): o novo regime pré-insolvencial para devedores não empresários*, Revista de Direito das Sociedades, Almedina, Ano IX (2017) - Número I, Consulta Pública, Programa Capitalizar, Resposta do Centro de Investigação de Direito Privado
- BARBOSA DE MAGALHÃES, JOSÉ MANUEL, *Princípios de Direito Comercial, Parte geral*, Apontamentos coligidos sobre as preleções do Senhor Professor Doutor Barbosa de Magalhães ao Curso Jurídico de 1924-1925, por Adelino da Palma Carlos
- CARVALHO FERNANDES, LUÍS / LABAREDA, JOÃO, *Código da insolvência e da recuperação de empresas anotado*, Quid Juris, 2.^a edição, 2013
- COUTINHO DE ABREU, JORGE MANUEL, *Curso de Direito Comercial*, volume I, Almedina, 6.^a edição, 2006
- COUTINHO DE ABREU, JORGE MANUEL, *Recuperação de empresas em processo de insolvência*, *Ars iudicandi*, Estudos em homenagem ao Prof. Doutor António Castanheira Neves, volume II: direito privado, Boletim da Faculdade de Direito, Coimbra Editora, 2008
- COUTINHO DE ABREU, JORGE MANUEL, *Da Empresarialidade - As Empresas no Direito*, Almedina, 1996
- DIREÇÃO-GERAL DA POLÍTICA DE JUSTIÇA, *Estatísticas trimestrais sobre processos de falência, insolvência e recuperação de empresas e sobre processos especiais de revitalização (3.º trimestre de 2015)*, janeiro de 2016, Boletim de Informação Estatística Trimestral, n.º 25, disponível em http://www.dgpj.mj.pt/sections/siej_pt/destaques4485 (último acesso em 1 de julho de 2017)
- DIREÇÃO-GERAL DA POLÍTICA DE JUSTIÇA, *Estatísticas trimestrais sobre processos de falência, insolvência e recuperação de empresas e sobre processos especiais de revitalização (4.º trimestre de 2016)*, abril de 2017, Boletim de Informação Estatística Trimestral, n.º 39, disponível em http://www.dgpj.mj.pt/sections/siej_pt/destaques4485 (último acesso em 1 de julho de 2017)

- FERNANDES FREITAS, MIGUEL *et alia*, *Processo Especial de Revitalização - Dúvidas presentes e soluções/dúvidas futuras (Parte I)*, n.º 93, Ipso Jure, fevereiro de 2017, disponível em <https://www.oa.pt/upl/%7B7a6a5ba1-b2a7-4f53-a60f-239d79c574e3%7D.pdf> (último acesso em 8 de agosto de 2017)
- FERRER CORREIA, ANTÓNIO DE ARRUDA, *Lições de Direito Comercial*, Volume I, preleções feitas ao 4.º ano jurídico de 1972-73, com a colaboração de Henrique Mesquita e António A. Caeiro, 1973
- JAUERNIG, OTHMAR / BERGER, CHRISTIAN, *Zwangsvollstreckungs-und Insolvenzrecht*, 23.ª edição, C. H. Beck, 2010
- MÁRIO DE FIGUEIREDO, *Direito Comercial*, Lições coligidas por Afonso Queiró, Albino Vaz e João Miranda, Editora Casa do Castelo, 1936
- LOBO XAVIER, VASCO, *Direito Comercial*, Sumários das Lições ao 3.º ano jurídico de 1977-1978
- MARTINS, LUÍS M., *Recuperação de Pessoas Singulares*, Volume I, 2.ª edição, Almedina, 2013
- MANUEL BRANCO, JOSÉ, *Plano de pagamentos: o instituto perdido*, Revista de Direito da Insolvência, n.º 0, Almedina, 2016
- MENEZES CORDEIRO, ANTÓNIO, *Manual de Direito Comercial*, Almedina, 2.ª edição, 2009
- MENEZES LEITÃO, LUÍS, *Direito da Insolvência*, 7.ª edição, Almedina, 2017
- OLAVO CUNHA, PAULO, *Os deveres dos gestores e dos sócios no contexto da revitalização de sociedades*, II Congresso de Direito da Insolvência, Almedina, 2014
- OLIVEIRA FESTAS, DAVID, *Alterações a introduzir no Processo Especial de Revitalização (17.º-A a 17.º-I)*, Revista de Direito das Sociedades, Almedina, Ano IX (2017) - Número I, Consulta Pública, Programa Capitalizar, Resposta do Centro de Investigação de Direito Privado
- PESTANA DE VASCONCELOS, L. MIGUEL, *Recuperação de empresas: o processo especial de revitalização*, Almedina, 2017
- PRATA, ANA, *et alia*, *Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas Anotado*, Almedina, 2013
- REISCHL, KLAUS, *Insolvenzrecht (Schwerpunktbereich)*, 4.ª edição, C.F. Müller, 2016
- REIS SILVA, FÁTIMA, *Paralelismos e diferenças entre o PER e o processo de insolvência - o plano de recuperação*, Revista de Direito da Insolvência, n.º 0, Almedina, 2016

- REIS SILVA, FÁTIMA, *Processo Especial de Revitalização - Notas Práticas e Jurisprudência Recente*, Porto Editora, 2014
- ROSÁRIO EPIFÂNIO, MARIA DO, *Manual de Direito da Insolvência*, 6.^a edição, Almedina, 2015
- ROSÁRIO EPIFÂNIO, MARIA DO, *O Processo Especial de Revitalização*, Almedina, 2016
- SALAZAR CASANOVA, NUNO / SEQUEIRA DINIS, DAVID, *PER - O Processo Especial de Revitalização - Comentários aos artigos 17.º-A a 17.º-I do Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas*, Coimbra Editora, 2014
- SERRA, CATARINA, *O problema da natureza do processo de liquidação aplicável à insolvência no Direito português*, Coimbra Editora, 2009
- SERRA, CATARINA, *A falência no quadro da tutela jurisdicional dos direitos de crédito*, Coimbra Editora, 2009
- SERRA, CATARINA, *O Regime Português da Insolvência*, 5.^a edição, Almedina, 2012
- SERRA, CATARINA, *Processo Especial de Revitalização - Contributos para uma “rectificação”*, Revista da Ordem dos Advogados, Tipografia Frasco, Lda., ano 72, abril/setembro 2012
- SERRA, CATARINA, *Revitalização - A designação e o misterioso objeto designado. O processo homónimo (PER) e as suas ligações com a insolvência (situação e processo) e com o SIREVE*, I Congresso de Direito da Insolvência, Coordenação de Catarina Serra, Almedina, 2013
- SERRA, CATARINA, *O processo especial de revitalização na jurisprudência*, 2.^a edição, Almedina 2017
- SOVERAL MARTINS, ALEXANDRE DE, *O P.E.R. (Processo Especial de Revitalização)*, AB INSTANTIA - Revista do Instituto do Conhecimento AB, Ano I, n.º 1, Almedina, 2013
- SOVERAL MARTINS, ALEXANDRE DE, *Um Curso de Direito da Insolvência*, Almedina, 2016
- TARSO DOMINGUES, PAULO DE, *O Processo Especial de Revitalização aplicado às sociedades comerciais*, I Colóquio do Direito da Insolvência de Santo Tirso, Almedina, 2014